

**LAZER EM SÃO JOÃO DEL-REI:
ASPECTOS HISTÓRICOS,
CONCEITUAIS E POLÍTICOS**

Renato Sampaio Sadi &
Kleber do Sacramento Adão (orgs.)



Lazer em São João Del-Rei: Aspectos históricos, conceituais e políticos

Renato Sampaio Sadi;
Kleber do Sacramento Adão
(orgs.)



Ficha catalográfica

A22111 Adão, Kleber do Sacramento
Lazer em São João Del Rei: aspectos históricos,
conceituais e políticos / Kleber do Sacramento Adão,
Renato Sampaio Sadi. – São João del-Rei, MG : UFSJ, 2011.
120p.; il.
ISBN: 978-85-88414-86-0

1. Políticas públicas de esporte e lazer. 2. Educação Física.
I. Sadi, Renato Sampaio II. Título

CDU: 796:316

Assunto: Políticas Públicas de Esporte e Lazer
Nº de páginas: 120
Tamanho: 15x21 cm
Tiragem: 1500



Sumário

Apresentação5

Capítulo 1

Lazer e Sociedade na Cidade de Origem Colonial

Kleber do Sacramento Adão

Andréa Cristina Silva Nascimento7

Capítulo 2

Os Espaços Públicos de Lazer da Cidade de São João del-Rei: Necessidades e Perspectivas

Adalberto dos Santos Souza61

Capítulo 3

Política Social de Esporte e Lazer: Os Espaços

Públicos da Cidade de São João del-Rei

Renato Sampaio Sadi93

Apresentação

São várias as formas de construção teórica e prática do Lazer em São João del-Rei. Neste livro optamos por oferecer ao leitor um panorama amplo e crítico da questão. Resultado de um esforço coletivo do Laboratório de Esporte, Lazer e Atividades Pedagógicas - LELAP, da Universidade Federal de São del-Rei, os textos tratam de temas importantes para a cidade: história, realidade e política. Durante a trajetória de investigação e exposição, a perspectiva de problematizar o Lazer, pensando em soluções viáveis, teve o intuito de aproximar a teoria da prática e vice-versa. Neste sentido o conteúdo do livro é rico em imagens que se relacionam com o Lazer na cidade. Destacamos também, como fundamental no processo de pesquisa e intervenção, o apoio do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, - Rede CEDES-, do Ministério do Esporte. Por fim, esperamos que esta produção possa ser compreendida e discutida com os cidadãos são-joanenses.

Os autores

Capítulo 1

Lazer e Sociedade na Cidade de Origem Colonial

Kleber do Sacramento Adão¹

Andrea Cristina Silva Nascimento²

A ocupação do território e o povoamento dos espaços e lugares

São João del Rei encontra-se inserida numa região tida como núcleo original da mineração no século XVIII. Esta região é denominada pelos historiadores de Metalúrgica-Mantiqueira³. A mesma afirmação, considerada a mais adequada para o período, é feita pelo historiador Douglas Cole Libby:

Localizada no centro da Província, a Metalúrgica-Mantiqueira, que constitui o núcleo original da capitania das Minas, continuou sendo a mais populosa e urbanizada região mineira ao longo do século XIX. Sua importância se

1 Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas, em 2001, Professor Associado do Departamento das Ciências da Educação Física e da Saúde da Universidade Federal de São João del-Rei.

2 Acadêmica do curso de Educação Física pela Universidade Federal de São João del-Rei e bolsista do Projeto.

3 MARTINS, Roberto Borges. **A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

*expressa no fato de que aí estão localizados a capital, Ouro Preto, a sede do bispado mineiro, Mariana, e os dois maiores entrepostos de Minas no século passado, São João del Rei e Barbacena.*⁴

Atualmente a região de São João del Rei está localizada na zona fisiográfica denominada Campos das Vertentes, delimitada pelas regiões sul, da mata e centro do Estado de Minas Gerais.

O surgimento dessa região se dá a partir da atividade mineradora; (...) *um caminho, uma capela ou uma mina, senão também uma venda, tais foram inicialmente os fatores junto ao quais surgiram as povoações coloniais mineiras*⁵. (...) sem considerarmos o fato de que os primeiros habitantes desta terra foram os índios cataguás, dentre outros.



São João del Rei, 1824

Fonte: Rugendas

O território do Rio das Mortes, nome que é dado posteriormente à comarca, tem iniciada a sua ocupação no final do século XVII. Por aqui se dava a passagem em direção às minas de ouro no interior da capitania de Minas. Era o chamado Caminho Velho, vindo de São Paulo ou de Parati, ão Rio de Janeiro.

4 LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

5 SOBRINHO, Antônio Galo. **História do Comércio em São João del-Rei.** São João del-Rei: Sindicato do Comércio Varejista. 1997. P. 11

Ao longo desses caminhos foram se estabelecendo os chamados "registros," localizados nos rios ou no sopé das serras. Eles tinham como função a fiscalização e controle das cargas transportadas por essas estradas, com vistas a evitar o contrabando de ouro. Situavam-se em pontos estratégicos e em regiões limítrofes entre uma comarca e outra. Ao seu redor formavam-se povoações, que viriam a servir como ponto de abastecimento de viajantes e tropeiros.

Na margem do Rio das Mortes, portanto, no local denominado de Porto Real da Passagem, estabeleceu-se o guarda-mor Tomé Portes del Rei, bandeirante procedente de Taubaté. Ali, incumbiu-se do aluguel de embarcações para travessia do rio e da cobrança de tributos aos que por ali passavam. Tal fato se deu no final do século XVII. Em 1702 são feitas às primeiras descobertas de ouro. A notícia trouxe um significativo contingente de gente para a região, surgindo com isso os primeiros núcleos de povoamento. Além disso, a região de São João del Rei era o caminho natural das minas descobertas no interior da capitania.

Descoberto ouro, as terras auríferas eram repartidas em pequenos lotes, chamados de "latas," entre os pretendentes aptos a torná-las produtivas. Surge, por conseguinte, em 1704, no bojo da atividade mineradora, o Arraial de Nossa Senhora do Pilar, chamado posteriormente de Arraial Novo do Rio das Mortes⁶.

Região tensa, foi palco de sangrentos combates pela posse das lavras de ouro. O episódio de maior destaque, foi a chamada "guerra dos emboabas." Estes eram aventureiros que passaram a disputar com os paulistas a posse das terras. O episódio marcante dentro da guerra dos emboabas na região mineradora do Arraial de N.S. do Pilar, foi o chamado "Capão da Traição:"

A coroa portuguesa percebe, em vista do ocorrido, a necessidade de criação de mecanismos administrativos de controle da

6 Sob o nome de Arraial de Santo Antônio da Ponta do Morro e depois, de Arraial Velho do Rio das Mortes, erigiu-se dois anos antes, em 1702, a vila de São José del-Rei, hoje cidade de Tiradentes. (Cf. CAMPOS, Maria Augusta A. op. Cit. p. 25)

região. É criada, em 1710, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. É também fixado como limite da comarca do Rio das Mortes as comarcas de Vila Rica e Sabará (ou do Rio das Velhas) e as Capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em 1713, o Arraial Novo, mediante ato do governador da Capitania, D. Bráz Baltazar da Silveira, ganha o foro de vila, com o nome de São João del Rei, como uma homenagem ao rei D. João V. Além de vila, torna-se a sede da Comarca do Rio das Mortes. Era uma região tida como privilegiada, tendo em vista sua localização geográfica, seu clima ameno, a fertilidade do solo e a vegetação de campos serranos, usados na agricultura e criação de gado:

*A correição do rio das Mortes compreende a Vila de São João e seu termo, a Vila de São José e seu termo; os julgados do Jacuí, Sapucaí e Juróca. É a terra mais abundante de víveres que tem todas as Minas; porque dessa Comarca se sustentam todas as demais das Minas; principalmente de gado, toucinho, queijo, milho, feijão e arroz; tem muita fruta de espinho, maçãs, ameixas e bananas; a caça e o peixe em toda esta Comarca é com muita abundância e serve de divertimento àqueles que são inclinados a esses exercícios; os ares são sadios, o clima temperado, e por essa razão, há poucas doenças (...)*⁷

A nível populacional, o que podemos constatar, a partir dos estudos de Maria Augusta A. Campos, é a existência de um quadro, no Arraial, de franca povoação, sobretudo no século XVIII e início do XIX. Temos uma população formada majoritariamente por homens, sendo a minoria branca. Comparativamente às Comarcas de Ouro Preto, Sabará e Serro, a do Rio das Mortes era a mais populosa, concentrando um contingente de pessoas brancas de 35%, enquanto as demais não chegavam a 20%. Ademais, entre as pessoas livres na comarca do Rio das Mortes,

7 ROCHA, José Joaquim da. **Geografica Histórica da Capitania de Minas Gerais**. Descrição Geográfica Histórica e Política de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, citado por CAMPOS, Maria Augusta A., op., cit. p. 26

a maioria era branca, ao passo que nas demais, essa maioria era de mulatos. Negros livres eram vistos também em maior número, cerca de 40%, nas demais comarcas do que na do Rio das Mortes, cujo contingente girava em torno de 15%. Uma das explicações plausíveis para estes números, ou seja, a predominância de brancos entre os livres, é devido, segundo Clotilde Paiva,

*a uma posição subsidiária da região dentro da economia mineratória de períodos anteriores, possivelmente por serem zonas de abastecimento, onde a dependência da mão de obra escrava era menor e as oportunidades de mestiçagem mais reduzidas, como é o caso da região sudeste*⁸.

Outra explicação é dada pelo viajante francês Saint-Hilaire, para o qual haveria menos necessidade de escravos negros na Comarca do Rio das Mortes, devido à dedicação que nela se fazia ao negócio da criação de gado. Também nesta comarca, os imigrantes europeus teriam menos receios de se fixarem e, ainda que a concentração populacional na província dava-se de modo irregular, centralizando-se mais na parte oriental, próximo ao Rio de Janeiro⁹.

Nas primeiras décadas do século XIX, a comarca passa a deter 41,6% do total dos habitantes da Capitania de Minas. Uma das possíveis interpretações para esse surto, foi a migração de contingentes de áreas mineradoras decadentes à procura de trabalho em culturas de subsistência e na criação de gado. Outro possível fator de desenvolvimento no século XIX, foi a rede de estradas que passou a interligá-la com a corte e com o restante da província¹⁰.

8 PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. São Paulo, USP, Tese de Doutorado. P. 200, 1996, citado por CAMPOS, Maria Augusta A. Op. Cit. p. 30

9 SAINT-HILAIRE, August. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1974, pp. 106-107, citado por CAMPOS, Maria Augusta A. Op. Cit. p. 30

10 Ver: LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação o abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979. Cap. 2

A região foi também geradora de pobreza e de exclusão, que contrastavam com o fausto e a riqueza. A riqueza e o fausto, ficaram perpetuados na arquitetura civil e religiosa da vila mineradora e no esplendor das festas. Atraídos pela mineração, cujo auge foi a primeira metade do século XVIII, a pobreza instalou-se rapidamente nessa região, movida pela possibilidade do enriquecimento rápido. Em São João del Rei, cita o historiador Antônio Gaio:

Com a mão de obra escrava, os mineiros são-joanenses removeram montanhas, perfuraram betas abriram galerias, rasgaram regos, construíram represas, alargaram tanques, ativaram almocafres, manejaram alavancas e carumbés. E o ouro derrubou árvores, queimou campos, escravizou índios, poluiu rios, atraiu gente, provocou discórdias, gerou revoltas, motivou inconfidências. Mas também edificou casas, dourou igrejas, construiu pontes e promoveu o comércio. E, durante quase um século, brilhou sobre a pele preta dos escravos negros, escorridos de sangue e suor.¹¹



Ponte da Cadeia: ornamentada por ocasião da visita de D.Pedroll
Fonte: Arquivo do Museu Regional

11 Ver: LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação o abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 1808-1842.** São Paulo: Símbolo, 1979. Cap. 2

Essa leitura da exclusão social, geradora da violência e da miséria em Minas, filia-se a uma vertente historiográfica da qual é originário o trabalho de Laura de Mello e Souza, sobre os desclassificados do ouro e a pobreza em Minas Gerais no século XVIII. Uma das figuras exponenciais que inaugura essa vertente é Caio Prado Jr. Este autor associa o aparecimento de uma vasta camada de homens livres expropriados, ao exclusivo estabelecimento da empresa mineradora. Nesse sentido, a sociedade escravista é apresentada sobre uma rígida hierarquização, que se vincula, conforme a historiografia clássica, à idéia de que à economia escravista estaria vinculada a economia européia, enquanto seu apêndice. Sua única razão de ser estaria, desse modo, vinculada à produção de mercadorias exportáveis e na transferência de excedentes para a Metrópole¹². Por meio desse modelo explicativo da histórica econômica, o Brasil seria uma apêndice da sociedade capitalista mercantil. Essa abordagem historiográfica tradicional, associa o período colonial ao mercado exportador. Entretanto, estudos demográficos recentes, mostram uma outra realidade, partindo sobretudo dos estudos sobre economia de subsistência. Em Minas Gerais, por exemplo, a economia de subsistência é fundamental na explicação da passagem da atividade mineradora para a comercial agro-exportadora, no século XIX. É esse economia de subsistência que gerará um capital, que irá mover a economia escravagista de Minas Gerais com a queda da mineração. Nesse sentido, ao contrário do que postula essa historiografia, houve na economia colonial um mercado interno consumidor e comercial. No caso de São João del Rei, esse fato se deu através da relação comercial com o Rio de Janeiro, como

12 Ver: PRADO JR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 21 ed. São Paulo: Nacional, 1986. NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

13 Ver: FRAGOSO, João Luis. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. Cap. II. ALENCASTRO, Afonso. Op. Cit.

assim atesta a pesquisa realizada pelo historiador Afonso de Alencastro¹³.

O questionamento a essa abordagem historiográfica, ganha evidência a partir da década de 70, por historiadores tais como Ciro Flamarion de Cardoso, que, em sua tese, sinaliza a existência de um modo de produção escravista no Brasil, porém, privilegiando não mais a sua vinculação à economia européia, mas a lógica própria dos elementos internos. Ainda mais, os autores que compartilham dessa interpretação, chegam a apontar a possibilidade de acumulação endógena, resultante da atividade agrícola e do comércio. A existência de um profícuo mercado interno, assinala para a complexidade dessa economia, que não poderia ser vista pela paisagem do latifúndio monocultor e escravista.

Formas arquiteturais e simbólicas dos espaços de sociabilidade

“Somos festeiros, ainda bem” (Jota Dângelo)

Mapear o quadro e as formas arquiteturais e simbólicas da cidade colonial, contribui para o estabelecimento de relações explicativas acerca dos seus níveis de sociabilidade urbana, inserindo neste contexto o evento festivo, como um de seus traços caracterizadores. A estética da cidade brasileira colonial foi a estética da mestiçagem, incorporando à sua vida cultural indivíduos e grupos de diversas matizes: indígenas, africanos e portugueses. A interdependência entre esses diferentes grupos explicitava, por um lado, a contradição e o antagonismo de uma sociedade de base escravagista e enfatizava, por outro lado, a harmonia, a amálgama e a convergência. Sobretudo no plano da vida coletiva, onde os múltiplos espaços de encontro, em especial o espaço das cerimônias públicas cívicas e religiosas,

14 CENTURIÃO, Luiz Roberto. Op. Cit. P. 287

engendram um processo de coexistência e interpenetração das diferenças¹⁴.

Em São João del Rei, "o que não falta é festa religiosa."¹⁵ Durante todo o ano elas acontecem pelos quatro cantos da cidade. Nestas, se veem misturados o sagrado e o profano, músicas, sinos, barraquinhas e celebrações, associadas a devoções, crenças e superstições, que reforçam a nem sempre pacífica convivência entre o catolicismo tradicional e o popular. A presença vista, ainda hoje, desse conteúdo lúdico-profano, inserido nas festas do calendário religioso, é como temos demonstrado, uma herança das tradições setecentistas, sobre as quais essa sociedade se erigiu. O que ainda podemos presenciar, por intermédio de várias práticas festivas, tais como as festas dos Passos, da Glória, da Boa Morte, do mês de Maria, de Corpus Christi, de Matosinhos, etc., é a presença nessa sociedade, ainda hoje, de suas heranças ibéricas e barrocas, que tem nas suas comemorações, um veículo de expressão de sua forma de estar no mundo. As festas e as cerimônias religiosas são nesse sentido, fatores de identidade cultural e de representação ritualizada dos costumes da cidade. Ocupando um espaço sócio-cultural de destaque na vida da cidade, a festa acaba por preservar rituais religiosos remanescentes do século XVIII, chamando a atenção para a presença desse catolicismo tradicional, expresso sobretudo nos principais eventos religiosos do calendário litúrgico da vida religiosa da cidade de São João del Rei. Embora, tenham sido, nos tempos atuais, consideravelmente reduzidos, os festejos de natureza religiosa, ainda se fazem presentes nestas sociedades de colonização lusa. Estão presentes nos feriados religiosos, alguns nacionais, outros próprios de cada município, em homenagem a seus padroeiros e santos da devoção, vistos muitas vezes no passado e, mesmo na

15 DÂNGELO, Jota. **Somos festeiros, ainda bem**. Jornal de São João del Rei em Casa e Turismo. São João del Rei, agosto, 1995. P. 8

atualidade, como excessivos e inimigos do trabalho, por dispenderem dias e horas numa atividade não produtiva.

Embora tendo uma convivência recheada de tensões, alguns autores buscam discutir a fina e muitas vezes quase invisível linha que liga religião e lazer. Para o sociólogo do lazer Stanley Parker, a afinidade entre essas duas esferas da vida humana, estaria no fato de que em ambas estariam expressos o desejo de bem estar pessoal, a oportunidade para o exercício do livre arbítrio. Sendo uma atividade integradora e abrangente, estaria a mesma proporcionando um significado especial à recreação (recreação)¹⁶. Mesmo havendo o declínio da prática religiosa, ainda assim, o que se observa, nas diferentes igrejas e organizações religiosas, é o significativo papel que as mesmas ocupam enquanto implementadoras de atividade de lazer junto aos seus membros freqüentadores. Fator importante na relação lazer e religião, foi a instituição dos dias santos e feriados públicos. Presentes nas culturas antigas e modernas, o tempo áureo dos dias santos e feriados corresponde ao período medieval. É sobretudo na Europa medieval, dominada pelo catolicismo, que estes se apresentam de modo mais intenso. Após o movimento da Reforma Protestante, muitos foram abolidos. O puritanismo dissidente, nascido desse movimento, acabou por gerar uma certa rejeição aos divertimentos populares, ou seja, as práticas da cultura popular acabaram por serem rejeitadas pela tradição protestante. Segundo Malcolmson, citado por Parker, os principais motivos dessa rejeição foi o fato destas tradições do lazer popular serem consideradas profanas e licenciosas, estimuladoras de práticas mundanas, com raízes em práticas pagãs e papistas. Sob essa ótica, os divertimentos populares, com suas cerimônias e rituais faustosos não eram condizentes com a consciência protestante, além do que,

16 PARKER, Stanley. A. *O Lazer e a Religião*. In. *A Sociologia do Lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. P. 24

subvertiam a ordem pacata da sociedade, afastando os homens de seus deveres sociais básicos, isto é, trabalho árduo, economia, contenção pessoal, devoção à família e sobriedade. Apesar das resistências e rejeições do movimento puritanista, tais práticas predominavam em grande parte da Europa católica, cuja característica era a presença marcante da igreja nas festividades, cujo nível de participação era maior ou menor, conforme o nível de relacionamento existente ente igreja e Estado.

As festas religiosas, com suas formas arquiteturais e simbólicas, detonadoras de um possível ambiente e espaço de manifestação de lazer, chama-nos a atenção para uma possível discussão, envolvendo a relação trabalho e lazer no interior de uma sociedade de bases coloniais. Na nossa percepção, a moral católica, de base colonial, em certa medida, mitiga o problema da relação entre tempo de devoção e tempo de diversão. Essa tradição, mesmo respirando os ares da modernidade que se instaura no século XIX, com o advento da ética do trabalho e o espírito do capitalismo, permanece atrelada às suas matrizes medievais, por um lado, e contra-reformista, por outro.¹⁷ Nesse sentido, os festejos religiosos presentes nesta vila mineira de origem colonial, poderiam ser tomados como substratos para a discussão do problema moral, envolvendo a relação tempo de devoção e tempo de diversão, inserido numa sociedade multifacetada, que convive com o urbano e o rural, com o trabalho livre e a ordem escravista, estando essas variantes assentadas sob uma matriz dominante: a cosmovisão barroca e a moral católica luso-brasileira.

Para a igreja, contudo, os momentos de devoção e diversão eram oportunidades para o reforçamento da fé e para a unidade

17 Os estudos desenvolvidos pelo estudioso da filosofia luso-brasileira, prof. José Maurício de Carvalho, podem vir a ser bons indicadores para o desvelamento de algumas destas questões. Ver: CARVALHO, José Maurício de. **Caminhos da Moral Moderna. A experiência luso-brasileira.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

de seu trabalho. A verdade é que, questões ideológicas a parte, eram momentos estabelecedores de relações sociais e de convivência que possibilitava aquilo que Raquel Soihet chama de circularidade cultural, entendida como o processo de interpenetração de aspectos da cultura popular com a cultura tradicional, erudita, estabelecendo-se a partir daí uma relação sincrética da qual fazem parte muitas manifestações festivas e folclóricas presentes na cultura brasileira.¹⁸

Resistindo às mudanças estabelecidas pela pós-modernidade, que se anuncia e já se faz presente nas sociedades globalizadas, pode-se ainda presenciar, nas cidades do interior de Minas, o grande número de feriados e viva a tradição das festas religiosas, as quais se misturam ao cotidiano e ao estilo de vida de seus habitantes. Embora ainda viva, essa tradição, João Camilo de Oliveira Torres comenta, com um certo ar de saudosismo, alguns costumes que vão se perdendo no tempo:

(...) para as populações das cidadezinhas mineiras de antes de 1930, o 'Mês de Maria' (...) que praticamente foi extinto pela igreja, coincidindo aliás, com uma estação especialmente feliz do ano, era uma fonte de inesgotáveis oportunidades de alegria desde as crianças que tomavam parte nos festejos e suas respectivas e vaidosas mães, como as moças e rapazes que aproveitavam a ocasião para namorar mais livremente ou apenas os que apreciavam e espetáculo da igreja iluminada ou se deliciavam com a música, e no fim, os leilões de prendas que despertavam grande interesse.¹⁹

Havia, portanto, em Minas, festas religiosas ou ligadas ao calendário litúrgico para todos os meses do ano, com a

18 SOIHET, Raquel. **O Drama da Conquista na Festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n. 9, pp. 44-59. O conceito utilizado pela historiadora foi apropriado dos estudos desenvolvidos por Carlo Ginsburg, que o extrai de Bakhtin. Entende-se como circularidade cultural, as influências recíprocas existentes entre a cultura dos segmentos dominantes e a cultura dos subalternos. (Cf. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. P.17)

19 TORRES, João Camilo O. Ora et Labora. In. **Lazer e Cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1968. P. 29

apreciação e participação popular. Mesmo quando o tema era a morte, como visto nas cerimônias fúnebres da Semana Santa, o tom a evidenciar-se era o de um espetáculo de ludicidade, explicitados pelos contornos suntuosos do Barroco, presentes na música e nas artes plásticas, traduzido no seu final por um carnaval macabro que terminava em pagodeira.²⁰

A religiosidade era demarcada socialmente pela estratificação social, que compunha a hierarquização social das diversas irmandades, uma vez que as classes sociais nelas se agrupavam, conforme o poder adquirido. Entretanto, era esse mesmo catolicismo oficial e hierárquico, o veículo social, o espaço de ocupação predileta dessa população, seja no culto ao sagrado, seja no culto do profano, presente muitas vezes de modo indiferenciado nos cultos e cerimônias internas e externas.

Encontramos na narrativa do cronista, que assina com o pseudônimo de Demosto, alguns comentários sobre as festas de junho em São João del Rei, no ano de 1833. Em seu texto, chama-nos a atenção o caráter de festa popular, dado às festividades do mês de junho já àquela época, as quais têm seu traço de permanência consolidados nos dias de hoje, como um dos festejos representativos da cultura popular, que simboliza, de modo bastante concreto, a simbiose entre o sagrado e o profano, num evento festivo de matriz religiosa, nascida das confluências entre o aparentemente antagônico catolicismo tradicional e o catolicismo popular. Festas de santos católicos populares, que numa sociedade barroca, carregada de cerimônias faustosas, bem mostram a complexa, porém possível convivência entre o sagrado e o profano, entre o erudito-tradicional e o grotesco-popular. O citado cronista, assim relata a festa das fogueiras:

20 Idem, p. 30. A respeito do tema da morte e do rito fúnebre nas cerimônias públicas em Minas Gerais, verificar: CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas século XVIII**. Op. Cit. pp. 3-24

(...) Por um costume tradicional de nossos maiores são festejados neste mês três grandes santos Santo Antônio, S. João e S. Pedro. E quem se desse ao trabalho de percorrer as ruas da cidade e seus arrabaldes, **ainda os mais democráticos**, nas noites em que se acedem fogueiras à qualquer daqueles Santos, veria, com ardor e com que júbilo são feitas essas festas, entre as quais muito se distingue a da noite de S. João.

Não diremos ser este o Santo com o qual maior devoção tenham os sãojoanenses: mas não sei porque particularidade reina nessa noite maior entusiasmo entre o povo e raro é aquele que não faz em sua casa uma fogueirinha e não convida a algum amigo para vir jogar ou para qualquer divertimento.

Bem sabemos que não são estas as festas que mais devem agradar ao glorioso Filho de Zacarias e de Isabel e nem aquelas de que mais se devem ocupar os reformadores de costumes inveterados e nem tratamos do culto externo ou interno de ninguém, seja-nos lícito prosseguir em nossa narração.

Eis o dia da fogueira.

Começa desde manhã o enorme consumo de bombas, das salvas e dos foguetes, que sobem constantemente ao ar, acompanhados da gritaria infernal dos meninos, que nesse dia parecem possuídos de uma alegria sobrenatural.

Chega a noite; os clarões vivos das numerosas fogueiras, batendo da chapa sobre as alvas paredes dos edificios e sobre as altas torres das igrejas, iluminam completamente a cidade e dão-lhe um aspecto risonho e festivo.

Aquí, é um grupo de rapazes, que se apinham em roda de uma fogueira e se divertem em assar batatas, ao tram das salvas, dos tiros, dos morteiros e dos foguetes, que sobem constantemente ao ar e fazem retumbar as cavernas das montanhas circumvizinhas.

As bombas da China, os balões, as rodinhas os pistolões, os fogos de artifício e de Bengala, são consumidos em alta escala nos salões por diversas famílias do lugar.

Ainda bem que estes costumes patriarcais, estas reuniões familiares, em certos dias do ano, ainda não foram banidas dentre a nossa sociedade, porquanto a harmonia

e afabilidade foram sempre proverbiais ao povo sãojoanense.

Ali, é um baile ou soirré, onde a música soa ruidosa e alegre, fazendo as delícias do mundo elegante, e onde numeroso concurso de damas e cavalheiros, turbilhando nas salas, parecem embriagados de prazer de perfume das flores e das "toilettes." Acolá é uma falange de moças espirituosas, que compulsam um livro de sortes, pegamodados e consultam as Sibilas: - "qual será o seu destino quem será o seu noivo qual das pessoas presentes lhe terá mais amor." Além de uma plêiade de moços folgasões, que cantam e bebem em derredor de uma mesa servida de lauta ceia: uns fazem estourar com profusão a dupla cerveja da Kremer, e outros enchem os copos a transbordar das gotas de rosa do delicioso Mineiro, extraído das vinhas cultivadas no vale do Rio das Mortes.

Cada um por seu turno faz libações à dona dos seus pensamentos, terminando com um curso ou com um discurso, que é acolhido com estrondosas palmas e risadas. Mas além, é uma serenata, e outra, percorrendo, em rumos diversos, as ruas da cidade até alta noite e cantando modinhas ao som do violão; ou uma música de banda, que toca escolhidas peças, de porta em porta a fim de obsequiar a algumas famílias.

Mais adiante, em diversos bairros da cidade, é um batuque ou cateretê estripitoso, onde uma rapasiada desenfreada bate palmas e sapateia tumultuosamente, ao som abafado de uma viola lasciva, rufando o pandeiro e cantando cantigas (...)²¹

Conforme nos coloca a historiadora Maria Augusto do Amaral Campos, era a religião que demarcava os níveis de sociabilidade presentes na comarca e posteriormente na cidade de São João del Rei. Através da religião e de sua pompa barroca, que se estabelecia o contato social da população. (...) A procissão, o enterro, a semana santa, a novena, a missa de

21 Demosto. (Pseudônimo). "As Fogueiras." Arauto de Minas. São João del -Rei, Ano VII, n. 16, 23 de junho de 1883. P. 2

22 CAMPOS, MariaAugusta. Op., cit. p. 34

*Domingo, eram acontecimentos que marcavam o conagraamento dos moradores.*²²

A respeito do hábito da missa aos domingos, a crônica de Jorge Rodrigues tece interessante relato, apresentando tipos e costumes tradicionais de um pequeno arraial no domingo, dia de missa. Assim diz o cronista:

O arraial amanheceu festivo e ridente. (...) Ao romper do dia estavam limpas as pequenas ruas, limpinhas e por elas se estendiam, brancas e pitorescas, as casinhas graciosas como um bando de gaivotas mansas pousadas em vasta campina verdejante. Nas portas brincam as criancinhas garridas, descalças, de vestidos lavados, de chita, enchendo os ares de gritos e risadinhas alegres, claras, argentinas. Começam a chegar os fazendeiros, roceiros, agregados, para a Missa. Entram em grandes grupos a cavalo estriptosamente, saudando a rir os que chegaram antes, perguntando a um se o pai também veio, a outro se trouxe o cavalo baio par experimentar, a este porque o primo Chiquinho não aparece lá por casa, àquele se o vigário já foi para a igreja, e mais isto, e mais aquilo, e mais aquilo outro. Os pagens vêm atras, como séquitos de honra, em lotes, enfronhados em roupa de casimira já usada dos senhores moços, e as mucamas a pé, com vestidos exóticos e chapéus impossíveis; formando tudo aquilo um conjunto impagável de tipos grotescos, que fornece ao touriste um quadro interessante dos nossos costumes do interior. As cavaleiras, em seus largos roupões escuros, de capinhas brancas e chapéus à pastora, apeiam-se no porão da casa, que todos os fazendeiros por ali tem sua casa no arraial; - apeiam sem auxílio da cadeira, às pressas, expeditas, e, daí a minutos, já lá vão, noutros trajes, caminho da ermida. Enquanto não toca a entrada, espalham-se os homens pelas tres únicas avenidas da terra, fazendo ponto de palestra, uns, na botica do Juiz de Paz, outros na loja do velho capitão da guarda nacional. Versam ali sempre as discussões sobre café, lavoura e política local, interrompida, a intervalos por algum mais que chega, para recomear de novo, sobre ...

*política, lavoura e café. Formam grupos pelas esquinas, ou nas vendolas, os escravos da roça, que hoje, de folga, riem-se, conversam, ruidosamente, expansivamente, esquecidos por momentos de sua triste condição de infelizes párias, de embaraços inconscientes da civilização do país. Toca o sino. Vão todos para a igrejinha, que se enche literalmente. O vigário, pastor a vinte anos dessas boas ovelhas, com um semblante ao mesmo tempo, simpático e agradável, caminha para o altar, num passo vagaroso, grave. Faz-se completo silêncio, profundo e solene. O verdadeiro espírito religioso manifesta-se nesse fervoroso recolhimento nessa devoção toda filha de uma fé ardente, inabalável, firme, antiga (...) que nessas paragens ermas, onde há ainda escravatura e onde a ilustração e o saber não acharam terreno fértil em que se espraíem e germinem, nunca apareceram tais reformistas. O que teria por aqui de conflagrações e anarquias se tal acontecesse! Esse temor de Deus, a crença numa outra vida, a fé na oração, o cumprimento dos deveres religiosos, - são garantias de ordem e de tranquilidade para esta gente sã e honesta e praza ao céus que não desapareçam jamais dentre ela.*²³

Para Suely Franco, a herança ibérica herdada por esta cidade, constitui, ainda hoje, fator de identidade cultural. Sob este aspecto, talvez possamos falar naquilo que o sociólogo Norbert Elias considera como *identidade-nós*, e que o historiador da cultura Roger Chartier recupera para a história, vista como ciência social, e na perspectiva da longa duração, ou seja, a idéia de que os indivíduos estão sempre ligados por dependências recíprocas, percebidas ou invisíveis que moldam e estruturam sua personalidade e definem, em suas modalidades sucessivas, as formas de afetividade e da racionalidade.²⁴

23 "Variedades," Arauto de Minas. São João del Rei, n. 37, 18 de janeiro de 1885.

24 CHARTIER, Roger. *A história hoje*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, n. 13, pp. 97-113

A transição do século XIX para o século XX e as relações entre o trinômio fé/festa/ordem

O esgotamento do ouro e a ascensão da economia de subsistência

As pesquisas sobre o mercado interno e sua relação com a economia escravista são bastante promissoras na década de 80. Os resultados apontam para a existência de um mercado interno autônomo, em relação às instabilidades do mercado internacional. Chamam também atenção para a existência de uma expansão do comércio agro-exportador, sustentado não por um capital metropolitano, mas por uma acumulação mercantil interna, reinvestida na produção.

A historiografia mineira dos anos oitenta, inicia um movimento, na direção da revisão dos estudos historiográficos tradicionais sobre a economia mineira do século XVIII e meados do dezenove, chamando a atenção para o caso de Minas que, ao contrário do que era consenso, não houve uma exclusividade na economia do ouro. Estudos que apontam a tese da decadência do ouro, como marco para o surgimento da agricultura, não se sustentam, frente aos dados empíricos levantados pelos pesquisadores.²⁵ Roberto Borges Martins é um dos historiadores que chamam atenção para o fato de Minas Gerais, já no século XIX, ou seja, em período de decadência da mineração, ser a maior província escravista do Brasil, isto devido ainda, à manutenção da importação de escravos e ao significativo crescimento de sua população nesse período.²⁶ O que Martins não consegue explicar é, de que maneira uma economia

25 GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. **Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)**. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte, UFMG, N.2, 1986, pp. 7-37

26 MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1982

escravista visceral, isto é, sem fortes exportações, conseguia manter tantos cativos. Havia um grande número de pessoas trabalhando e vivendo em pequenas propriedades espalhadas pela província através da agricultura, ao mesmo tempo que se verificava um intensivo comércio em seu interior. Conforme coloca Edna Maria Resende:

Minas apresentava uma economia dinâmica, diversificada e mercantilizada. A agricultura mercantil de subsistência, produzindo para o autoconsumo e para o abastecimento, constituindo-se no principal setor de emprego da força de trabalho escravo. O sul mineiro, por exemplo, destacou-se como uma região escravista de agricultura mercantil de subsistência, estabelecendo intensas relações comerciais com o Rio de Janeiro.

No entanto, existiam outros setores econômicos de expressão na Minas oitocentista. As atividades de transformação, especialmente a indústria têxtil doméstica, as diversas oficinas artesanais, a siderurgia e a mineração aurífera subterrânea concentravam uma considerável parcela da força de trabalho provincial, inclusive mão de obra escrava.

Nas regiões urbanas também encontravam-se um número significativo de escravos. Na maioria das vezes, esses cativos encontravam-se alugados por seus senhores ou eram escravos "ao ganho," desempenhando toda sorte de serviços urbanos, especialmente o comércio, o serviço doméstico e os ofícios artesanais especializados.²⁷

Esse dinamismo econômico, presente nas áreas urbanas mineiras, terá seus reflexos na mobilidade social. Possibilitou aos cativos a conquista da alforria, ao mesmo tempo que facultou-lhes um maior sucesso no enfrentamento das dificuldades de sobrevivência após a libertação. Dessa forma, a vida cotidiana

27 RESENDE, Edna Maria. **Entre a Solidariedade e a Violência: Valores, Comportamentos e Lei em São João del Rei, 1840/1860**. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1999. Dissertação de Mestrado.

nas vilas e arraiais, possibilitava, mediante a mobilidade social e uma maior oportunidade de participação informal na economia, a que os escravos trabalhem em ocupações das mais diversificadas. Em vista disso, conseguem acumular algum valor em bens e dinheiro, bem como criar estratégias para obter a alforria. Comentando sobre esse aspecto, Resende, apoiada em Eduardo F. Paiva, coloca que:

O alto número de alforrias em Minas Gerais estava associado à diversificação econômica e à urbanização da sociedade mineira colonial que criaram condições para a inserção da população nas atividades agropastoris, comerciais, artesanais e mineradoras.²⁸

São João del Rei, como entreposto regional e pólo comercial ainda forte no século XIX, oferecia a seus habitantes em leque maior de oportunidades de participação, considerando-se, é claro, as características da estratificação social e os espaços de inserção sócio-econômica da população. Embora enfrentando dificuldades de análise postas pelos limites apresentados pelas listas nominativas do distrito da Vila de São João del Rei, Resende tenta constituir o quadro social da cidade, a partir da indicação dos setores ocupacionais, aos quais estava alocada a população. De acordo com a pesquisadora,

as listas nominativas são fragmentos de dois censos provinciais referentes aos 242 distritos de paz dos aproximadamente 410 existentes em 1831-32 e 1838-40. Foram realizados por iniciativa do Governo Provincial e objetivaram mapear a população, tendo em vista o conhecimento do número de eleitores e das pessoas sujeitas ao recrutamento e à tributação.²⁹

28 Ver: PAIVA, Eduardo França. **Escravos libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995. Pp. 21-42; 79-80; 82-83

29 RESENDE, Edna M. Op. Cit. p. 29

Estas listas foram trabalhadas por Clotilde Paiva, em sua tese de doutoramento, na forma de um banco de dados sobre a demografia e a organização econômica da Minas oitocentista.

(...) a sua elaboração era de responsabilidade dos juizes de paz, auxiliados pelo inspetor de quartirão, que confeccionava as listas parciais, e pelo escrivão, que as copiava na versão final. O envolvimento de várias pessoas na confecção dessas listas gerou problemas de uniformidade, além de as mesmas conterem omissões e contradições.³⁰

A única listagem existente para vila de São João del Rei é a de 1830-40, a qual contém apenas informações relativas aos homens livres. A informação acerca de escravos que se tem é sobre o seu total, 1598, não informando, portanto, sobre sua presença a nível domiciliar. Dessa forma, fica limitado o esboço de uma estratificação social para a vila, baseado no critério posse de escravos. Acreditamos, entretanto, que, para fins de apresentação de um quadro geral da vida social em São João del Rei do século XIX, o trabalho de Resende nos dá uma boa visão panorâmica.

A primeira chamada de atenção é quanto às diferenças existentes entre o mundo urbano e o mundo rural. Os distritos do município de São João del Rei eram predominantemente agrícolas, embora existindo um considerável contingente atuando nos setores de serviços e nas funções públicas. Nota-se a presença maior de homens desempenhando as atividades, com a mulheres dedicando-se à fiação, tecelagem, serviços domésticos, trabalhos em tecidos e atividades agrícolas.³¹

A vila de São João del Rei, propriamente dita, apresentava peculiaridades em relação aos distritos rurais e municipais.

30 PAIVA, Clotilde. Op. Cit.

31 MARTINS, Ângela M. **Século XIX: estrutura ocupacional de São João del Rei e Campanha.** V Seminário sobre Economia Mineira. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1990. Pp. 31-51, citado por RESENDE, Edna M. Op. Cit. p. 31

Marcada, como vimos em momentos anteriores, por uma intensa atividade comercial, oferecia muitas e variadas oportunidades ocupacionais a seus moradores. Baseado na Lista Nominativa e nas relações de réus e testemunhas de processos-crime, a historiadora Edna Maria Resende, listou os setores ocupacionais em que se achavam colocadas a população. O destaque vem, em primeiro lugar, para o comércio. Assim vejamos:

O dinamismo do comércio é refletido pela presença dos negociantes na Lista Nominativa. Das 968 pessoas das quais se tem informação sobre a ocupação, 16% são negociantes (...) Certamente, apenas uma parcela desses negociantes dedicavam ao comércio de fazendas secas, vendendo tecidos, ferramentas e produtos importados trazidos da Corte, fazendo parte da elite da sociedade são-joanense. Participavam ainda desse grupo social os negociantes de secos e molhados, vendedores de alimentos e gêneros da terra.

(...) A existência de pessoas trabalhando como caixeiros, farmacêuticos, mascates, padeiros, carniceros, também confirma a ligação da cidade com o comércio. A presença de arreadores, carreiros, ferradores, atestam a importância das tropas na vida da cidade e os vínculos com os mercados mais distantes.

As funções públicas também ofereciam um leque de oportunidades aos homens livres, desde ocupações mais prestigiosas, como advogados, eclesiásticos, médicos, juizes, professores, administradores, cobradores, escrivães, até atividades mais humildes, que empregavam soldados, carcereiros, porteiros.

As "atividades mecânicas e manuais" ocupavam uma parcela expressiva da população, apresentando uma grande diversificação com inúmeros ofícios especializados. A maioria das atividades artesanais constituía-se de ofícios usuais, como sapateiros, carpinteiros, pedreiros, latoeiros, funileiros, alfaiates, ferreiros, atividades estas indispensáveis em um núcleo urbano. Esses artesãos provavelmente trabalhavam em suas próprias oficinas e podiam contar com auxílio de trabalhadores livres e escravos (...)

(...) Os artesãos que desempenhavam atividades comuns, mas eram considerados mestres, e aqueles que exerciam um ofício tido como nobre por suas exigências técnicas ou artísticas, como ourives, relojoeiro, pintor, escultor, adquiriam um relativo status. No entanto, a maioria dos artesãos que desempenhavam atividades manuais e mecânicas mais provavelmente trabalhavam solitariamente, em suas oficinas, ou prestavam serviços nas tendas de outros artesãos, além de dividirem o mercado de trabalho com os escravos que dominavam ofícios especializados.

(...) Brancos, pardos e negros, livres ou forros pareciam disputar um espaço no mercado de trabalho urbano.

Algumas categorias pareciam alcançar lugar de destaque no mercado de trabalho da cidade de São João del Rei. É o que parece ocorrer com a construção civil, dado o número de indivíduos que se declaravam pedreiros, carpinteiros, marceneiros, carapinas, pintores, oleiros e telheiros.

A presença de chapeleiros, fabricantes de chapéus e de um número expressivo de sapateiros sugere a existência de fabriquetas de chapéu e de calçados. Os seleiros e os alfaiates também são bastante freqüentes. Ainda estão presentes no mercado de trabalho urbano barbeiros, charuteiros, caldeireiros, latoeiros, funileiros, armeiros, esteireiros.

(...) O registro de mineiros e pescadores atestam que as atividades extrativas encontravam algum espaço de desenvolvimento. Numa cidade originada da exploração aurífera, certamente a mineração ainda oferecia atrativos.³²

Outro lado significativo sobre a sociabilidade na vila de São João del Rei do século XIX, é o nível de inserção social, fundado no parâmetro cor. Embora tendo a cor branca um alto percentual entre os homens livres e com baixos valores para a população mestiça, a região segue a tendência verificada para o conjunto da província de Minas Gerais, onde o predomínio é da população “de

32 RESENDE, Edna Maria. Op. Cit. pp. 33-35

cor." Cita Resende que:

*Já no final da década de 1830, 58% da população da cidade eram constituídos de africanos crioulos e mestiços e 38% eram brancos, não constando qualquer informação sobre a cor de 2,6% dos livres.*³³

Os estudos de Edna Resende, ao cruzarem os fatores cor e ocupação, presentes nos dados por ela apresentados, mostram que para as atividades ligadas ao comércio, as funções públicas mais nobres, eram na sua maioria ocupadas por brancos. Ao mesmo tempo que mascates, ferradores, arreadores, são ocupações marcadas pela diversidade de cor. Funções públicas mais humildes, também abrem espaço para a presença da população "de cor." As atividades mecânicas e manuais, empregavam brancos, mestiços, pretos e crioulos. Atividades artesanais mais comuns, tais como carpinteiros, ferreiros, barbeiros, etc. tinham uma marcante presença da população de cor. Dado interessante é verificar que, mestiços, na faixa de 80%, tinham o prestigioso ofício de ourives. Músicos, em grande escala, eram mestiços, como também jornalheiros.

Estes dados, extraídos das fontes processuais pesquisadas pela autora, parecem indicar que a cidade de São João del Rei oferecia reais oportades de inserção econômica e social à população de cor, especialmente num contexto cultural marcado pela hierarquização racial, em que a cor da pele era definidora de status na sociedade. Notamos, todavia, a presença de mestiços em atividades consideradas nobres, como ourives, advogado, professor, médico. Além disso, o fato de a cidade oferecer um amplo leque de oportunidades à população, faz-nos especular sobre a existência de uma estrutura social mais aberta, possibilitando, inclusive, a mobilidade social em alguns setores.

A complexidade do contexto sócio-econômico da província, aponta para uma sociedade marcada por relações pessoais,

³³ Idem, p. 36

possibilitadas por um ambiente urbano propício por força das circunstâncias que o geraram ao estabelecimento de laços de solidariedade e vizinhança. Resende nos aponta que,

*Livres libertos e escravos, brancos, pardos ou pretos, partilhando valores culturais e experiências comuns, viviam e trabalhavam numa cidade onde as atividades comerciais muito mais que um espaço de sobrevivência, constituíam-se no centro da vida social das pessoas.*³⁴

Comentando sobre esse mecanismo de relacionamento social, presente na vila de São João del Rei, a autora reporta-se ao historiador inglês E. P. Thompson, que destaca a importância da experiência comum compartilhada na formação de uma identidade de interesses entre um grupo social.³⁵

Ao tratar da sociabilidade na Comarca do Rio das Mortes, em meados do século XIX, Maria Augusta do Amaral Campos, chama a atenção para a presença do espírito barroco do setecentos, como mentalidade aglutinadora das relações sociais, revelada sobretudo através das comemorações religiosas e dos festejos cívicos. São fatores sempre presentes na vida das comunidades das províncias mineiras.³⁶

Aos domingos, aconteciam os encontros sociais mais intensos. As casas das vilas, que ficavam fechadas durante a semana eram abertas, as pessoas colocavam as suas melhores roupas para irem à missa, costume que ainda hoje se vê perpetuar nas pequenas cidades do interior. Oportunidade para os contatos políticos e para a vivência social, tanto para as camadas simples, os trabalhadores rurais, quanto para as grandes famílias.

Luccok, ao passar pela comarca relata a seguinte cena:

34 Ibidem, p. 38

35 Ver: THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. V. I

36 CAMPOS, Maria Augusta Amaral. **A Marcha da Civilização**. Op. Cit. p. 34

37 LUCCKOC, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. P. 285

Distinguimos um grupo de pessoas, trajadas na alegre maneira da região de vermelho, branco e azul, com guarda-sóis de matizes tão ou mais variegados que os de suas vestes (...) Estavam de regresso de uma igreja (..) ³⁷

Terra de contrastes, a província era testemunha dos elementos constitutivos da sociedade escravista. Enquanto atores sociais, sua presença estava restrita ao trabalho, como mão de obra na criação de gado, reprimindo sua participação na vida cultural. Outro segmento social de não menor importância, eram os homens livres pobres, uma vez que formavam um expressivo contingente na agricultura de subsistência e na de exportação, na sociedade oitocentista. Constituíam-se de escravos alforriados e indigentes. Presentes na periferia dos núcleos urbanos, exerciam serviços que implicavam riscos ou relacionados às atividades artesanais. Vivendo, pois, à margem da sociedade, mas junto dela, formavam o chamado "mundo da desordem."³⁸ Embora assim considerados pela historiografia, estes indivíduos e grupos, partilhavam valores culturais e experiências comuns dentro do complexo contexto econômico-social da província de Minas. O cotidiano dessa sociedade de marginalizados tinha a rua o centro da vida social. Nela estabelecem espaços de lazer e de encontro entre as pessoas. Configura-se, ao mesmo tempo, como foco de tensão e de conflitos, cuja violência estabelecia-se como parte do estilo de vida dessa formação social.

Estudando a violência entre os homens livres pobres em São João del Rei, na primeira metade do século XIX, Edna Resende chama-nos a atenção para o fato de que:

a mesma surge como um traço marcante e rotineiro, constitutivo da vidas dessas pessoas. (...) ao recorrerem à força para resolverem seus conflitos cotidianos, os

38 Ver: MATTOS, Ilmar Rochloff de. **O Tempo Saquarema**. Op. Cit. cap. 2.1

39 RESENDE, Edna Maria. **Entre a solidariedade e a violência. Valores comportamentos e lei em São João del Rei, 1840/1860**. Op. Cit. p. 124

*homens do século XIX não estavam assumindo uma atitude de resistência consciente à ordem estabelecida, mesmo que, usualmente, fossem vistos dessa forma pelas autoridades. Sensatos eram, na maioria das vezes, impulsivos, guiados por um código de honra que legitimava esses atos violentos.*³⁹

Para Resende, o universo cultural, onde se achava inserido esse segmento e, porque não, essa sociedade, seria o fator explicativo a ser buscado para o entendimento desse comportamento. Correspondendo, dessa forma, cita a autora,

*a um sistema de valores centrado na coragem pessoal, a violência era tida como uma conduta legítima e normal, pertencendo à ordem natural das coisas. (...) Na rua tinham lugar tanto as festas religiosas, as procissões, e as alvoradas, quanto os batuques e as comemorações dos dias santos do entrudo. Nessas ocasiões as pessoas se divertiam, estreitando-se o convívio entre escravos, livres e forros. Mas estas reuniões eram ainda espaço para que alfaiates, pedreiros, sapateiros, jornaleiros, carpinteiros, caldeireiros, funileiros, livres ou escravos acertassem suas diferenças.*⁴⁰

Outros espaços também se constituíam em núcleos de convivência e lazer para a sociedade marginalizada do oitocentos: é o caso das vendas, das casas de negócio, das tavernas. As vendas, sobretudo, eram espaços procurados não apenas para aquisição de produtos necessários à sobrevivência, como também importante espaço de lazer coletivo. Dentro do conjunto das permanências, a venda, hoje bar/botequim, pode ser considerada, embora dentro de uma outra cosmovisão e de outro estilo de vida, como um hábito que, ainda se faz presente na

40 Idem, p. 40

vida das cidades do interior de Minas, formando, nas suas periferias, uma geografia do ócio. Juntamente com as festas, compõem o panorama dos espaços de lazer da cidade. Da mesma forma que os festejos populares, o botequim e a antiga venda, ainda remanescentes, estabelecem, a nosso ver, uma possibilidade de democratização dos espaços de lazer na cidade, muitas vezes desprovidas de políticas públicas no atendimento a amplas parcelas da população, quando não excluída, marginalizada desse processo.⁴¹

Sobre as vendas existentes na cidade no século XIX, Resende aponta a tentativa, sem sucesso, de fazer incidir sobre elas as Posturas Municipais, com a finalidade de conter a bebedeira, a jogatina e a conseqüente violência daí advinda.

Relações de solidariedade e violência eram constituintes da trama social, engendrada pela sociedade dos despossuídos do oitocentos. Gerará a preocupação dos governantes, cuja finalidade é a manutenção da ordem e a tentativa de construção de uma sociedade civilizada. O alvo das atenções estava voltado, principalmente, para o disciplinamento e controle dessa camada marginal da sociedade, ou seja, os homens livres pobres. A estes eram destinadas práticas disciplinares, como o recrutamento, a instrução e o trabalho, mediante algumas políticas públicas. Abaixo destes, haviam ainda os escravos; sobre eles o controle se dava sobre seus hábitos e costumes, ficando excluídos, todavia, da instrução.

O discurso civilizador, presente na sociedade mineira do oitocentos, insere-se, entretanto, dentro de um quadro sócio-cultural mais ampliado, que envolve tanto a construção de um novo ordenamento civil, quanto religioso.

41 Ver: ADÃO, Kleber S. **O botequim e a geografia do ócio na paisagem urbana da cidade**. Conexões: Educação, Esporte, Lazer. Campinas, Faculdade de Educação Física da Unicamp n.3, dezembro, 1999. pp 92-102

A reconfiguração das práticas de sociabilidade e os novos olhares sobre o urbano.

Ao longo dessa trajetória vimos apontando as bases sócio-culturais que deram uma configuração específica aos hábitos e estilo de vida da população são-joanense no decorrer de sua formação social e de seu processo civilizatório. O contexto, no qual estas se davam foram apresentados levando-se em conta as condicionantes de sua formação, ou seja, as características de sua população, a circularidade das culturas que aqui aportaram, as bases sócioeconômicas geradoras de processo de desenvolvimento da condição de vila à cidade, tendo em conta neste aspecto sua privilegiada posição de entroncamento de vários caminhos. Tais especificidades se mostraram presentes na vida da então vila de origem mineradora, cujo desafio foi ultrapassar a fase de decadência do precioso metal dourado, e vir a se constituir em fornecedora de víveres e alimentos para os viajantes que adentravam o sertão mineiro, na esperança de chegarem onde havia ouro e pedras preciosas em abundância. Conseqüência dessa passagem dos aventureiros vindos do litoral foi então a criação de núcleos populacionais, assentados numa cultura e tradição nas quais fé, festa e ordem se traduzem em práticas de devoção e diversão, da mesma forma que se apresentam como mecanismos de lutas e apropriações no plano do sagrado e do profano pelo poder e pelo prestígio.

Entretanto, os tempos mudam, as configurações sociais e políticas vão se ajustando às novas ordenações civilizatórias. O contexto sobre o qual se insere os divertimentos e as práticas de sociabilidade em São João del-Rei na passagem do dezenove para o vinte, reflete novas redes de interdependência. De um lado, o catolicismo festivo e de apelo aos sentidos, próprio dessa sociedade barroca, sofre os efeitos da política de romanização e do esforço civilizador em curso, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. O espírito do positivismo reflete o impasse entre a

tradição e a modernização impasse este que se fazem anunciar nos jornais circulantes na cidade. Os espaços públicos começam a serem demarcados, “modernas” diversões passam a serem gradativamente introduzidas. O discurso da imprensa seja ela de viés católica ou liberal-conservador, caminha por meios de idéias, ora convergentes, ora divergentes na direção do esquadramento e do controle dos espaços e das práticas de diversão. Entre os perdedores, por exemplo, está a festa e os festeiros de Matosinhos, que acabarão se rendendo ao novo formato festivo, propugnado pelos acólitos da romanização, cuja conseqüência será sua supressão em 1924.

A nova configuração posta com a República, assume na conservadora São João del-Rei reflexos na ordem sucessória do mandonismo político local. Este último fato é marcado por meio da entrada do positivista Basílio de Magalhães na política local. O mesmo irá ocupar o cargo de agente municipal (prefeito) tencionando as relações entre o poder político e o poder religioso na cidade.

É importante que tracemos um panorama da cidade nesse período, com seus usos e costumes, os conflitos entre a cidade ideal e a cidade real, a sua inserção no novo século marcado pelas ideais positivistas de ordem e progresso, com seus conflitos identitários entre tradição e modernidade, ou seja, o conservadorismo de uma monarquia que não se consolidou e o espanto diante de uma ordem republicana nascida da noite para o dia, ante os olhos de uma população atônita.

A imprensa são-joanense do período aponta para esse estado de coisas, revelando os conflitos de uma cidade construída pelas penas dos cronistas revelando aquilo que o historiador Alexandre denomina de “a cidade de papel.”⁴²

São João del-Rei começa a enfrentar os ventos da modernidade ainda no final do século XIX, mais propriamente em

42 COSTA, Alexandre J. Gonçalves. **Os Frades na Cidade de Papel. A Ação Católica em São João del-Rei 1905-1924.** Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH/UNICAMP. 2000. P. 14

1881, quando da inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas. O evento contou com a presença de SM D. Pedro II e numerosa comitiva. A obra empolgou a população da cidade, pois representava a ligação à capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro. Foi o primeiro passo para inserir a cidade nos ventos da civilização. Juntamente com a ferrovia vieram o telégrafo, a casa bancária, a iluminação elétrica, o ringue de patinação, o cinema, o primeiro automóvel, o telefone, o primeiro time de futebol, o hábito dos cafés como espaço de lazer, o teatro municipal, o atelier fotográfico.⁴³



Festividades do cinquentenário de criação da EFOM

Fonte: Associação São-Joanense de Preservação e Estudos Ferroviários

Assentado sobre essa tradição barroca, a cidade embebia-se, entretanto, dos ares do moderno advindos, do litoral. A estrada de ferro trouxe gente, muita gente, de imigrantes italianos a turistas e intelectuais; de mendigos a políticos, de comerciantes a artistas em temporada no teatro municipal; caixeiros-viajantes, prostitutas a soldados do 28º Batalhão de Infantaria, vadios a

43 COSTA, Alexandre J. G. op. cit. p. 14

famílias respeitáveis; ferroviários da Oeste de Minas, primeiro núcleo operário da cidade, a tecelões e tecelãs da Cia Industrial Sanjoanense e da Fábrica de Tecidos Brasil.

O espaço urbano vai sendo ocupado ao longo do vale do córrego do Lenheiro. Ali, no local denominado bairro das fábricas, viviam os trabalhadores das fábricas de tecelagem, a maioria italianos. Distanciavam-se dos casarões coloniais do centro, onde viviam advogados, negociantes, médicos, capitalistas, professores, industriais, farmacêuticos, funcionários do escritório da Oeste e de outras repartições públicas, proprietários, jornalistas. Era a elite letrada da cidade que tida entre remediada e abastada, apresentava-se como representante das almas progressistas do povo sanjoanense e fazia arauto de sua opinião.⁴⁴ A estes se juntavam o juiz de direito da Comarca, o diretor da estrada de ferro, o promotor público, o comandante do quartel, o juiz municipal, os gerentes das fábricas, o vigário, os maestros das corporações musicais, geralmente negros.



44 COSTA, Alexandre J. G. op. cit. p. 15



EFOM-São João Del Rey - Salda p/ A. Mourao - 1982 - Nilson Rodrigues



Pátio da Estação Ferroviária e expansão da cidade na direção do Bairro das Fábricas.
Fonte: Assoc. São-Joanense de Preservação e Estudos Ferroviários

A cidade apresenta-se já no início do século XX, com uma cidade de negociantes, de comércio de gêneros do país, de papéis, armarinhos, relógios, gados e aves de raça, latas, brinquedos, artigos dentários, tintas, modas, joias, chapéus de sol e de cabeça, queijos, óculos, fogões, impressos, doces, fumos, calçados, manteiga, molhados finos, café, drogas e preparados, arados, bengalas, cerveja, máquinas de gelo, biscoitos e bolachas, etc.⁴⁵



THE SOURA INGLEZA
DE
RAPHAEL e BELLINI




ALFABETARIA COM LOJA DE FAZENDAS

Nesta loja mostra alfabetaria, exercita-se qualquer trabalho de arte com máxima perfeição, gram. e geometria. Utilizam como longa pratica. Cortar-se pelos dois sistemas: americano e francez. Utilizam para Exercicio, Guarda Nacional, Estado de Ferro, Colégio, Bandas, Linhas de Tiro etc. - Tallens para ombros - Costuras e encosturas - Peças sem competidores.

RUA MOREIRA CEZAR, 10

Rua Municipal, atual Rua Arthur Bernardes. Nesta rua localizava-se parte expressiva do comércio da cidade.
Fonte: André Bello

45 Idem, p. 15

Uma cidade marcada pela presença masculina na condução de sua vida cotidiana. Homens que ostentavam títulos, patentes da guarda nacional, doutor na faculdade de direito de São Paulo ou Belo Horizonte, na escola de medicina e odontologia do Rio de Janeiro, e farmacêutico em Belo Horizonte. Preparavam-se para o sacerdócio no seminário de Mariana e para os negócios com os pais. Eram normalmente batizados na Igreja Matriz de N. S. do Pilar. Frequentavam a sala do júri, os concertos e bailes no salão do Hotel Oeste, as igrejas e os cafés, representavam em clubes dramáticos no Teatro Municipal. Ficavam incomodados com o número de mendigos e vendedores ambulantes que circulavam pelas ruas principais da cidade. Praticavam tiro na linha de tiro do 28º Batalhão de Infantaria, jogavam no bicho, embora criticassem a polícia pela passividade frente ao jogo de bicho e à gatunagem. Divertiam-se jogando bilhar, realizando corridas de bicicleta e a pé no Velo Club. Eram mesários das Irmandades e frequentadores da loja Charitas. Enfrentavam-se nas disputas políticas e escreviam nos jornais locais.



Rua Duque de Caxias, atual Rua Getúlio Vargas.
Fonte: André Bello

Os ares de civilização e de higienização da cidade estavam nas notas que esta elite letrada encaminhava para os jornais locais. Reivindicavam ao poder público a retirada das vistas do espaço público o lixo abundante, que dava à cidade um mau aspecto, desbastar a vegetação farta e alta, acabar com o costume da população de deixar animais soltos pelas ruas, com o *som irritante dos carros de boi... Com o foot-ball da molecada endiabrada nos largos e adros.*⁴⁶ Uma imagem considerada ruim aos olhos dos visitantes e um atentado a hospitalidade e acolhida de uma cidade que precisa atender às exigências da civilização e de foro de cidade civilizada de que goza.⁴⁷

Este segmento se mirava no espelho da civilização, que era a capital da república, exigia então que o agente executivo, “fosse um Passos,” referência ao prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, que abriu avenidas, construiu parques, arborizou a cidade, fez rede de esgotos, regularizou o abastecimento de água e higienizou a cidade.⁴⁸

Na outra ponta, estava o povo, tão citado especialmente como presença maciça nos eventos festivos tradicionais e populares, evidentemente como *coadjuvantes, ou então, como página policial ou protagonista de algum episódio pitoresco.*

Em casinhas simples ou casebres, em ruas que por vezes não existiam situados no Segredo, no Bonfim, no Guarda Mor, no Tejuco, no Senhor dos Montes, morros ou ao largo da serra próximo ao Rosário, habitavam libertos, filhos de libertos ou não, gente miúda que se divertia nas vendas, no pagode, nas procissões, que fazia sua fé na cobra e não comemorava o treze de maio; que vivia em relação de amores com a Joana de tal...; marceneiros, alfaiates, curtidores, domésticos, carroceiros, cocheiros,

46 **Foot-ball desastrado.** A Tribuna. São João del Rei, 5 de março de 1916, ano III, n. 87. P. 2 citado por COSTA, Alexandre, J. G. op, cit. p. 18

47 **Queixas e Reclamações com a polícia.** O Repórter. São João del Rei, 29 de outubro de 1907, ano III, n. 33, p.1, citado por COSTA, Alexandre, J. G. op, cit. p. 18

48 Dr. F. Catão. **Exigências da Civilização.** A Opinião. São João del Rei, 10 de agosto de 1907. Ano. I, n. II, p. 1, cf COSTA, A. op cit. p. 19

engraxadores, ferradores, tintureiros, coureiros, músicos, lavadeiras, sapateiros, limadores..., que lavoravam nas orquestras, nos cafés, nas casas da família sanjoanense, na sua venda ou oficina, nos fundos do andar térreo dos casarões comerciais, nas ruas, que se arriscavam nas bêtas..., nas oficinas da ferrovia ou conduziam e alimentavam suas máquinas.⁴⁹



Rua Stº Antônio, uma das vias de acesso à antiga vila.
Fonte: André Bello



49 COSTA, Alexandre J. G. op, cit, p. 20



Periferia da cidade: Sr. dos Montes em festa.
Fonte: André Bello

A cidade vive um conflito de identidade, preservar o passado e suas tradições ou atirar-se de vez nos braços do moderno, da civilização. A atitude de sua elite é carregada de dubiedades, quando se põe frente a essas duas imagens. É condição de sobrevivência, por um lado, preservar sua identidade seu nome. Cognominada de “A Católica,” pela majestade de seus templos, índole de seu povo, magnificência de suas festas e respeito às tradições⁵⁰ que reportam às suas origens, lavradas na matéria bruta das formas de devoção do medievo íbero-lusitano trazidas pelos forasteiros fundadores do Arraial de N.S. do Pilar do Rio das Mortes, erigida à condição de vila em 1713, com o nome em homenagem ao rei português D. João V.⁵¹

Fé/festa/ordem, deram, portanto, o tom da formação desta população. Fé implantada, sobretudo por leigos e não por religiosos de ofício, senhores e escravos, independente de sua condição social. No interior das associações religiosas leigas a tradição sanjoanense foi sendo construída em atritos freqüentes

50 D. Silvério. "A Tribuna. São João del Rei, 15 de agosto de 1915, ano II, n. 58, p. 1

51 Cf. COSTA Alexandre J. G. op. cit. p. 30

com as autoridades eclesiásticas e à sombra do Estado. Com a queda do Estado absolutista, a relação existente entre a política absolutista portuguesa, implantada na colônia faz declinar o prestígio das associações religiosas leigas nas Minas Gerais, em fins do século XVIII e início de XIX. Cedem espaço para uma nova forma de associativismo, as lojas maçônicas, mais ajustadas aos tempos de luta pelo liberalismo.⁵² Encontra-se presente nos jornais de São João del-Rei do século XIX discursos referentes às práticas religiosas externas, providas em tempos não tão remotos, época do antigo vigário Amâncio (1857-1879), que as festas gozavam de renome em todo o país.

Em 1915, o jornal "A Tribuna" faz comentários a esse respeito. Critica a frieza e a falta de pompa nas tradicionais festas religiosas da cidade:

*Fria e sem pompa dos demais anos, realizou-se a tradicional festa de N.S. da Boa Morte. Nós sanjoanenses, deveras nos entristecemos com o resfriamento destas festas, outrora tão animadas e hoje tão sem brilho. Parece que a festa se acha cada vez mais, morta nesta cidade. (...) Cortarão de vez as tradições dos nossos antepassados e nossos filhos crescem, no indiferentismo absoluto. A procissão de N.S. da Boa Morte parecia mais, um terço da roça tal o diminuto número de irmãos que a ela compareceu e a balburdia por um sem número de virgens de todo o jaez: umas sem grinalda, com um simples vestido de chita pintadinha; simplesmente detestáveis e horríveis, ao lado dela uns marmanjos ou anjos papudos e barbados e ate descalços.*⁵³

A alusão feita aos tempos de outrora se refere ao século XIX, o qual é tido pelo cronista como ápice das manifestações de devoção ao modo tridentino, ao contrário do que se via nestes

52 BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais.** São Paulo: Ática, 1986. P. 181, citado por COSTA, Alexandre J. G. op. cit. p. 31

53 **Festa da Boa Morte.** A Tribuna. São João del-Rei, 22 de agosto de 1915, ano II, n. 59, p. 1

novos tempos do século XX. Ao constatar o processo de decadência posto em marcha na cidade, o articulista do jornal critica o descaso daqueles que deveriam se esforçar para manter o brilhantismo das festas, envolvendo-se em “questões de sacristia”⁵⁴ ou absorvidos em atribuições advindas do processo de paroquialização do espaço religioso.

Ainda sobre a decadência das “festas de igreja,” o número 59 do jornal “A Tribuna,” trás a seguinte correspondência de um sanjoanense, como dizem os relatores do jornal, “muito conhecido pelos seus sentimentos religiosos”:

(...) A nossa velha S. João del Rei é, inquestionavelmente, das cidades mineiras a única talvez que ainda conserva as belas tradições da terra mineira, senão quanto aos usos e costumes em geral, sem dúvida alguma quanto ao culto religioso, sendo esta cidade a que conserva nas suas festas religiosas, senão a pompa antiga, - a poesia dos tempos de antanho. Se é certo que a geração hodierna menospreza esse apego ao tradicionalismo, menos certo não é que dos nossos patrícios procuram manter a decência, a propriedade, a graça que sempre assistiram em os nossos festejos de igreja. Há, entretanto, alguns que, se mostrando participantes desse grupo de tradicionalistas, nada são mais do que demolidores das antigas usanças, com o que procuram adulterar as praxes, sem trepidação alguma aceitando cargos nas irmandades e confrarias, não para conservarem o que está estatuído ... nem para lhe aumentar o brilho, mas para irem, a pouco e pouco, reduzindo as nossas outrora, grandiosas festas a coisas ridículas de que pejaria o mais rústico arraial sertanejo. Aparentaram espírito devoto para virem quebrar as nossas tradições desacreditando as nossas festas, de nomeada remotíssima, - é causa que a gente não pode assistir sem vibrar de indignação.⁵⁵ (grifos nossos)

Embora o discurso dos articulistas aponte para a existência de uma tensão entre o tradicional e o moderno, sobretudo nas

54 **Culto Divino.** O Repórter. São João del Rei, 19 de dezembro de 1907, ano II, n. 65, p. 1

55 **Festa da Boa Morte.** A Tribuna. São João del Rei, 22 de agosto de 1915, ano II, n. 59

práticas de sociabilidade, de viés sagrado e/ou profano, na forma como nelas a população (letrada) participa, torna-se precipitado justificar o discurso da decadência por meio dos influxos modernizadores, expressos através do indiferentismo religioso (acentuado pela onda positivista que vem ganhando força na cidade), da racionalidade laica que afasta as elites das cerimônias religiosas, o deboche da mocidade *up to date*⁵⁶. Decerto são fatores presentes, mas que não dão conta, por si mesmo, de explicar a tensa convivência entre esses dois discursos. Ao mesmo tempo em que está sendo posta a crítica a esse estado de coisas, denota-se nos textos impressos, nos artigos produzidos pelos jornais a convivência entre o discurso da decadência e o discurso da permanência da pompa da festa em expressões, “como de costume,” “como sempre.” O texto abaixo dá bem a dimensão dessa dualidade:

*Como católicos e oriundos de uma terra em que o catolicismo sempre medrou sem esforço, por isso que, a índole de nosso povo se manifesta, de geração em geração, constantemente fervoroso e crente, dia a dia mais se acentuando o seu caminho e a sua dedicação à igreja, seria imperdoável o nosso silêncio às pomposas festas das endoenças, realizadas este ano com desusado brilho.*⁵⁷

O desafio de interpretação desses dois discursos revela, segundo os estudos do historiador Alexandre Costa, não uma incompatibilidade, mas uma interdependência entre passado e presente em São João del Rei. Uma relação tensa, carregada de conflitos, na maioria das vezes aplainados pelo espírito conciliador das elites, que se digladiam verbalmente nas colunas e nos editoriais dos jornais, mas que se encontram nos cafés e nas festas públicas, ombreando lado a lado o esquife do Senhor

56 Costa, Alexandre J. G. **Frades na cidade de papel**. Op. cit. p. 32

57 “**Semana Santa**.” A Tribuna. São João del Rei, 30 de abril de 1916. Ano III n. 95, p. 12

Morto na Sexta-Feira Santa, ou carregando a andor da santa na festa da Boa Morte.

As notícias descritivas acerca das práticas festivas e demais formas de sociabilidade da boa sociedade local, publicadas nos jornais de diferentes tendências, apontam para a presença de um discurso comum, um ponto de interseção entre as posições conflitantes. É o discurso que reforça a idéia de São João del-Rei ser em essência uma cidade tradicional e católica. À luz deste discurso, ser católica a torna, *a priori*, civilizada. A religião é incorporada ao ideal de civilização no discurso dos articulistas dos jornais são-joanenses do alvorecer do século XX. Ela torna-se imprescindível para a concretização deste ideário civilizatório.⁵⁸ A cidade é idealizada como um mundo a parte, que nada contra a corrente do indiferentismo da impiedade que se alastra por todo o país. Na realidade, esse mundo particularizado pelos jornais, onde se vê encerrada São João del-Rei, proclamada como a cidade mais católica do Brasil,⁵⁹ representa no contexto macro o trunfo que a igreja católica possui para barganhar com o Estado e com as elites um lugar na República. Ela se apresenta como fonte asseguradora da ordem, que confere estabilidade e identidade à pátria. A religião ameaçada significa a pátria em perigo. É fundamental, portanto, a união dos católicos para corrigir a direção tomada pela República.⁶⁰

Imagens da cidade e a modernização conservadora

“São João del-Rei. A cidade que não olhou para trás.”
(José Bellini dos Santos)

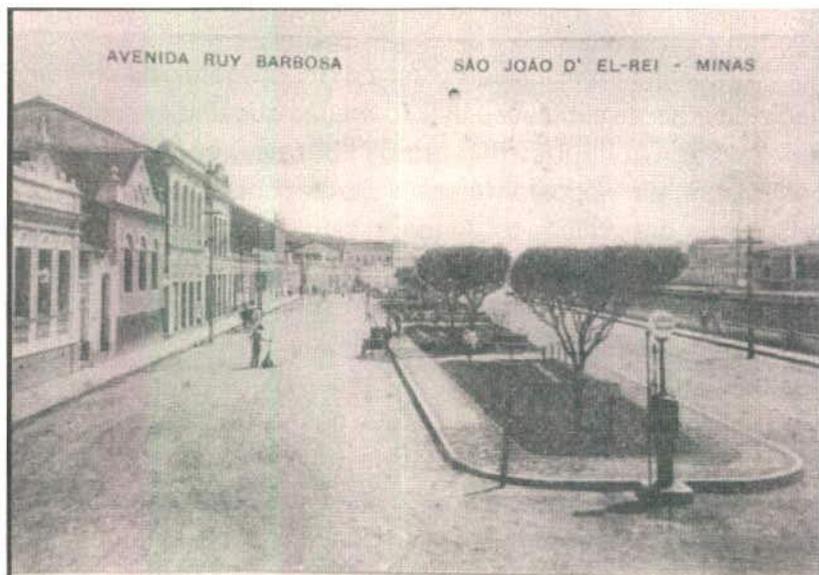
A representação que se faz de cidade a partir de meados do século XX até o seu primeiro quinquênio, encontra-se expressa

58 COSTA, Alexandre. J. G. **Frades na cidade de papel**. Op. cit. p. 34

59 **Nosso rumo é outro**. Reforma, São João del-Rei, 4 de maio de 1913, ano 1, n. 5, p. 1

60 COSTA, Alexandre. J. G. op. cit. p. 35

nos editoriais e colunas dos jornais impressos que circulam na urbe (diga-se de passagem, desde meados do século XIX, por meio da edição do primeiro jornal o “Astro de Minas”). Contribuiu para esse interessante movimento da imprensa na vida da cidade a fundação também no citado século da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida, a primeira biblioteca pública da Província de Minas Gerais. Além dos jornais, a vida cultural e social da cidade encontra-se registrada pelas lentes do fotógrafo André Bello da Cia fotográfica ítalo-brasileira, bem com nos Almanques e Álbuns cabendo destacar o álbum editado por Tancredo Braga em 1913, o “Almanack de S. João d’El Rey,” organizado por Horácio de Carvalho em 1924. A estes se juntam décadas depois, no ano de 1949, o Opúsculo editado por José Bellini dos Santos “São João del-Rei a cidade que não olhou para trás.”



Av. Ruy Barbosa: os ares da modernidade chegam à cidade colonial.
Fonte: André Bello

Nestes estão expressos um projeto de cidade ao qual se consideram representantes e do qual se fazem arautos. Denominações recorrentes procuram imputar à cidade de origem colonial adjetivos tais como a de “Princesa do Oeste” e de a “Roma de Minas,” os quais ora a elevam à condição de progressista, ora de tradicional. Tais atributos deixam transparecer o conflito identitário decorrente da convivência entre o tradicional, herança do passado colonial e o moderno, por vezes recebido com espanto pelos ventos civilizatórios emanados do advento do século XX.

Tempo ao tempo; e não tardarão os jovens confrades a cantar a palinodia, vindi pedir um logar junto dos que trabalham por banir preconceitos, uzanças, e costumes obsoletos, que revelam atraso da nossa cidade, de cujos foros de adiantada, progressista e das mais civilizadas de Minas nós, sãojoanenses, tão ciosos somos.” (Carnaval Religioso, A Tribuna, Ano I, 06/12/1914, n. 20, p. 2)

O conflito entre a cidade real e a cidade ideal está presente nestes canais de circulação da informação que embora sendo de tendências políticas diversas, liberais, conservadores, positivistas, etc., apontam para o citado conflito identitário, ora reforçando ora mitigando. Ainda assim, os ares de civilização estão presentes no jornal. Em alguns momentos ganha destaque de acordo com a ordem mandatária presente, ou seja, conforme o político que assume a condução da cidade. A esse respeito o destaque nos anos de 1920 é para o positivista Basílio de Magalhães. O discurso civilizatório ganha destaque com sua entrada na cena política local. São destacados inúmeros avanços na cidade, como por exemplo, a usina hidrelétrica, que estaria a beneficiar não tão somente as residências, mas também as indústrias locais, que estariam a trabalhar com máquinas mais potentes e dessa forma expandiriam a produção e o número de funcionários.

(...) a fim de dotar a Usina hydro-electra de grandes e importantes melhoramentos. A Câmara adquiriu além de um transformador para estabilizar a corrente elétrica, e de um motor synchronico, para aproveitar o potencial dos geradores (...)" (USINA MUNICIPAL, A Tribuna, Ano XI, 08/03/1925, n. 628, p. 1)

Uma necessidade evidenciada, pelo crescimento de pequenas indústrias como a de laticínio conforma atesta Horácio de Carvalho:

De algumas dezenas de annos a esta parte, o importante município de São João del-Rey tem como uma das suas maiores forças econômicas a indústria de laticínios. Tem se desenvolvido de modo tal e com tão promissão futuro o fabrico da manteirga, do queijo, que constituem hoje, sem dúvida, a mais volumosa exportação do nosso glorioso Estado, quiçá do Brasil. (...) Ainda agora, acaba de ser montado, à rua General Osório, n.87, um estabelecimento para a fabricação de produtos de laticínios que, segundo está delineado pelos srs. Paroche & Bubleineau, vae dar a maior expansividade possível a tudo quanto diz respeito a indústria do leite. (Almanack de São João del-REey, 1924).

HOPKINS, CAUSER & HOPKINS

(CASA INGLEZA)

CASA MATRIZ: BIRMINGHAM INGLATERRA RUA MUNICIPAL N. 22 RIO DE JANEIRO AV. HERMILLO ALVES S. JOAO DEL-REY CASA DE EMBARQUE: LIVERPOOL INGLATERRA

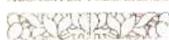
IMPORTADORES DE

MÁQUINAS, FERRAGENS,
LÂMPADAS, INSTRUMENTOS
PARA LAVAGENS, GADO
E ANIMAIS DE RAÇA,
MATERIAL AVIÁTICO, ETC.

DEPOSITARIOS DE

AFAMADOS MACHOS "WARD"
CARBAPATENTES "COOPER"
FELIBO "COOPER"
MACHOS INGLEZES "HOWARD"
DESMATADORAS "ALFA-LAVAL"

AGENCIA EM TODO MUNDO



Filial de São João del-Rey - Edifício proprio

IMPORTADORES DE

ARRIOZOS, SANTARROS,
OLEOS, TINTAS, BRONGAS
METAIS, F. MATERIAIS
PARA CONSTRUÇÕES

EM DEPOSITO:

"BECKMEREAL", pe bestas agrícolas com
de Anjos, Cidades em todos os cantões
"CYMAROL", a melhorilha superior com
los a distillação de betão

TODAS AS VAGINAS E BARRAS
DO INSTITUTO

OSWALDO CRUZ,
AUTOZOS VETERINARIOS, ETC.

"CYMAROL" OU A SUPLENÇA
DOS CHADROS
Fademos Especifico contra as Doenças dos Bezerros

Milhares de atitudes, Inoculas por se nos a natureza
resistente do mesmo, a sua utilidade

PEÇAM PROSPECÇÕES DE INFORMAÇÕES

"ALFA-LAVAL" A PENNATADEIA MUN
DIAL - A PALEOGRA
PEÇAS FABRICANTES DE MANTEIGA MARI DE FERRÃO DE
MACHOS VEZEDIDAS

SAVO E PARABENTE 1100 30: Bateria, Sargento, Soldado,
Peregrino, Liberdade, Aviação, Foz, 1.º e 2.º classes, Lata,
Deposito, Rádio, Excess, etc.

PEÇAM CATALOGOS E ORÇAMENTOS



Casa Inglesa.
Av. Hermilio Alves.
Fonte: Álbum
fotográfico
organizado por
André Bello

No plano dos divertimentos e das práticas de sociabilidade além das festas religiosas, novos hábitos e comportamentos estarão sendo inseridos na cena urbana, destaque para o aumento do número de cafés, cinemas e a frequência ao teatro. Este, em especial merece destaque pelo fato de ser considerado um dos primeiros teatros construídos pela municipalidade no estado de Minas Gerais, inaugurado em 1893 e remodelado em 1925, na administração de Basílio de Magalhães, conforme informa Antônio Guerra na sua "Pequena História de Teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei," editado em 1968.

As referências às festas religiosas, contendas esportivas, apresentações circenses, passeios e piqueniques nos arredores da serra do Lenheiro, nas cachoeiras e cursos d'água, com destaque para o balneário das Águas Santas, situado nos limites entre São João del-Rei e a cidade de Tiradentes, além dos passeios conduzidos pelos trens da ferrovia Oeste de Minas, denotam a existência das práticas de lazer na cidade ao de sua formação social e urbana.



Parada de trem na Estação César de Pina, Balneário Águas Santas. Fonte: Associação São-Joanense de Preservação e Estudos Ferroviários

Os cafés, como o Café Rio de Janeiro, localizado na Rua do Comércio, no centro da cidade, era um dos pontos de diversão

mais freqüentados da cidade, principalmente pela elite local e os funcionários do comércio. Consistia de um ponto de encontro para se tratar de diversos assuntos, desde política até comportamentos, moda, esporte, destaque para as partidas de futebol e novidades em geral.

Apesar do mau tempo, pois chovia continuamente, grande massa popular se aglomerou no Café-Rio-de-Janeiro, onde se fazia ouvir a esplendida corporação musical do 11º Regimento. Reinavam alli o maior entusiasmo e mais justa e insopitável alegria. (A Tribuna, Ano X, 16/01/1924, n. 510.p. 1)



Esquina do Café Rio de Janeiro.
Fonte: André Bello

À população mais pobre, era reservado o botequim e as vendas, afastados do centro para as práticas de sociabilidade, bem como para a tomada de conhecimento daquilo que os jornais comentavam. Rebaixados a uma condição inferior eram por vezes, nos comentários da imprensa do período, associados a lugares de jogatina e de baderna ao contrário dos cafés, tidos como sendo fonte de cultura e diversão.

A campanha movida pela policia contra o jogo, para dar resultados efficazes, deve soffrer uma acção continua (...) Esses habituaes do vicio inveterado nas trapaças e

nas fraudes pretendem, com o mesmo artil que emprega no manejo das cartas charquear-se da lei, buriar o código penal, affrontando a sociedade onde vivem. (A Tribuna, Ano V. 01/06/1919, n. 257, p. 1)

Nada trouxe mais comentários do que a chamada “Festa Esportiva,” caracterizada pela expansão do esporte no país, nos grandes centros urbanos. Muitas foram as práticas vivenciadas por setores da população são-joanense. Contudo, o destaque é para o futebol, enquanto festa esportiva anunciada pelos jornais. Tratado como “Esporte Bretão,” aparentemente não é bem visto pela população, em especial a “boa sociedade” local, devido ser praticado nas ruas, praças e largos, o que segundo seus críticos incomodava os moradores e ameaçava suas residências. Além do que, era considerado um jogo perigoso, tanto para espectadores quanto para os praticantes. Contudo quando se tratava das principais agremiações existentes à época na cidade, como o Athletic Foot-Ball Club (1909); o Minas Foot-Ball Club (1911) e o Clube Desportivo Esparta (1918), formados por alunos do Ginásio Santo Antônio, o que se verifica na imprensa são os constantes aplausos decorrentes de suas atuações dentro e fora da cidade.



Fonte: André Bello

Terá hoje um sensacional embate desportivo que, por certo attrairá ao ground do Gymnásio Santo Antônio desusada concorrência. Medirão força os primeiros quadros do Club Desportivo Sparta e do Internacional Foot-ball Club, duas poderosas aggremações locais. ("FOOT-BALL Esparta X Internacional," A Tribuna, Ano X, 20/07/1924, n.562, p. 2)

As práticas de lazer envolvendo o público feminino encontram-se presentes por meio da música e do teatro, bem como nas companhias circenses que aportam com frequência na paisagem da cidade eclética. Os ares de modernidade vindos da capital federal anunciam novidades em relação à prática esportiva feminina. Alguns jornais anunciam com certo entusiasmo a atitude de senhoras da elite feminina são-joanense ao fundarem o "Club Grazia e Fuerza," associação esta cuja finalidade era permitir às moças da cidade vivenciar variadas práticas esportivas.

Há treze meses se fundou nessa cidade o Club gracia y fuerza, cujo fim é organzar festas sportivas. Desse club, é composto só de senhoritas, faz partte a fina elite de S. João d'El-Rei. (...) As gentis diectoras do grazia e fuerza convidaram as pessoas presentes para exercitarem-se no alvo, realizando um concurso extra programma. (...) São estas as sócias do grazia y fuerza: Emília Pereira Coelho, presidente; Carmellita Correa, vice-presidente; Rosa Alves Cabral, 1ª secretária; Dalila Pereira Coelho, 2ª secretária; Maria das Dores Santos, thesoureira; Maria Costa e Marietta Figueiredo; procuradoras: Anna de Almeida, Anna Ribeiro, Fanny Ribeiro, Maria da Conceição Teixeira, Gilda Pereira Coelho, Abigail Pereira Coelho, Cândida Banho e Sylvia Tavares. ("Club gracia y fuerza," A Tribuna, Ano 1, 18/10/1914, n.13, p.2)

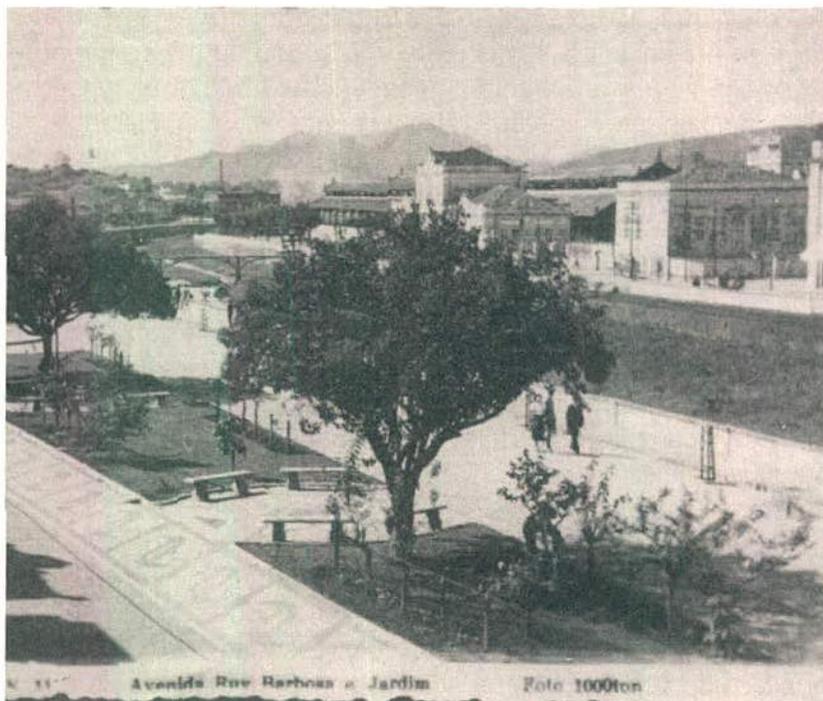
Posteriormente é criado o "Brasil Vôlei-Baal Club," a fim de promover a prática do voleibol feminino e a disputa de campeonatos contra equipes das cidades vizinhas, como Lavras e Formiga.

"(...) por iniciativa das distintas senhoras e senhoritas de nossa elite social, foi fundado a 5 do corrente, nesta cidade, o Brasil-Volley-Ball-Club, cujo fim é proporcionar às suas associadas e às suas exmas. Famílias jogos de sports, para senhoritas: lacuna essa que a muito se recente o nosso meio social, que assim terá dado mais um passo na civilização moderna, além do desenvolvimento e educação physica do nosso belo sexo." ("Foot-ball & Brasil-Volley-Ball-Club," A Tribuna, Ano V, 13/07/1919, n. 263. P. 2)

Além das festas tradicionais, os divertimentos modernos vão fazer parte do cenário urbano da cidade de São João del-Rei, progressista e zelosa de seus mais caros costumes e tradições. Os ares da modernização vindos do litoral, tendo como espelho a cidade do Rio de Janeiro, encontrarão resistência no tradicionalismo religioso e no conservadorismo das práticas políticas do mandonismo local, que vai gradativamente se deparando com uma configuração social marcada pela inserção de novos atores sociais no cenário da cidade. Juntamente com estes virão hábitos e comportamentos, práticas culturais e sociais, um novo modo de ser e estar na cidade que será alardeado, ora como promotores do progresso e da civilização, ora como responsável pelo desapego aos valores da tradição.

IMAGENS DO TRADICIONAL E DO MODERNO





Av. Ruy Barbosa: imagens do tradicional e do moderno.
Fonte: Foto Milton

Notadamente, o que irá concorrer para o surgimento das modernas práticas de diversão, tais como a festa esportiva, o cinematógrafo, o teatro, os cafés, é o processo de modernização da cidade, esforço este levado a cabo por políticos de destaque pelo catolicismo social movido pelos ventos da Romanização. Tais ordenações anunciam um discurso visando elevar a cidade à condição de progressista e civilizada, sem contudo desfazer-se dos princípios emanados da tradição.

PARA CONCLUIR

Uma dos marcos demarcatórios da experiência de modernização da cidade de São João del-Rei inicia-se com a constituição da então Vila de São João del-Rey em 1713, a qual

se constituirá, tendo em vista a extração aurífera em importante pólo da província de Minas Gerais. A queda da mineração não significou necessariamente a decadência da vila, à medida que os condicionantes conjunturais e estruturais estabelecidos na região no decorrer do século XIX possibilitaram à cidade, elevada a este status em 1838 à condição de centro intermediário de comércio de alimentos de Minas Gerais com o Rio de Janeiro.

A formação urbana em expansão nesse período do oitocentos, consolida-se na primeira metade do novecentos, ainda que marcada por avanços e retrocessos. Tais períodos têm como fator de destaque o crescimento da cidade, o aumento da população, a melhoria da arrecadação pública, a implementação de serviços públicos, tais como abastecimento da água, canalização de esgotos e criação de transporte urbano. O comércio encontra-se ativo e em franca expansão.

As contradições e conflitos existentes em torno do movimento de modernização da cidade encontram-se representados por meio dos discursos da população letrada que escreve nos jornais e cujas opiniões ressoam pelos espaços públicos de convivência, ou seja, ruas, cafés, estabelecimentos comerciais e nos eventos cívicos e religiosos.

Os lazeres vão se configurando, ora apontando para as novidades trazidas dos grandes centros e ora representados pelas diversões e devoções coloniais que teimam em permanecer. O passado e o presente da cidade apontam para um futuro pautado pela permanência de algumas práticas de sociabilidade, em especial as práticas festivas de natureza cívica e religiosa, a última em especial, levada a efeito com a pompa e vigor de tempos passados. Por outro lado, a população da cidade caminha na direção dos modernos hábitos de consumo, muito destes ditados pelos meios de comunicação de massa.

O discurso mais do que a implementação de ações efetivas e pontuais, é aquele que se insere no plano das tentativas de revitalização do passado, ou seja, pela não ruptura da tradição e, sim, pela convivência e encontro com o moderno, tarefa essa que implicará na necessidade de implementação de políticas públicas de lazer, com vista ao atendimento das demandas da população atual, ainda carentes desse atendimento, preservando todavia

sua memória identitária, seu patrimônio material e imaterial, enfim a forma de viver e conviver da população são-joanense, envolta em seus hábitos e costumes, em sua alegria e vontade de festa.

REFERÊNCIAS

FONTES

1. Fontes Impressas.

1.1 Anuários.

- CARVALHO, Horácio. Almanack de São João del-Rei, 1924.

1.2 Jornais

Museu Regional de São João del-Rei e Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida.

Arauto de Minas. São João del-Rei, 1883-1885.

A Tribuna. São João del-Rei, 1914-1915-1916-1919-1924-1925.

O Repórter. São João del-Rei, 1907.

A Reforma. São João del-Rei, 1913.

1.3 Viajantes e Memorialistas

LUCCOK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

BIBLIOGRAFIA

Livros e Periódicos

ADÃO, Kleber do Sacramento. **O botequim e a geografia do ócio na paisagem urbana da cidade.** Conexões: Educação, Esporte, Lazer. Campinas, SP, Faculdade de Educação Física da Unicamp. n. 3, dezembro, 1999. Pp. 92-102.

ÁVILA, Afonso. **Festa Barroca: ideologia e estrutura.** Revista Barroco. Belo Horizonte, 1986-89, pp. 71-89.

CHARTIER, Roger. **A história hoje.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, n. 13, pp. 97-113.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas – o século XVIII.** Revista de História. Belo Horizonte, UFMG, Dept. de História, n. 4, junho de 1994, pp. 3-24.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. **A Marcha da Civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes – 1818/1844.** Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, Dept. de História, 1998. (Dissertação de Mestrado).

CARVALHO, José Maurício de. **Caminhos da Moral Moderna. A experiência luso-brasileira.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

- CENTURIÃO, Luís Ricardo. **A celebração da desordem**. In. **A Cidade Colonial no Brasil**. Porto Alegre: EDIPURS, 1999.
- COSTA, Alexandre J. Gonçalves. **Os frades na cidade de papel: a Ação Católica em São João del-Rei, 1905-1924**. Campinas, SP, IFCH/UNICAMP, 2000. (Dissertação de Mestrado).
- DÂNGELO, Jota. **Somos festeiros, ainda bem**. *Jornal São João del-Rei em Casa e Turismo*. São João del-Rei, agosto 1995. p. 8.
- FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, Cap. II.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, v.2, 1960, pp. 127-134.
- LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação – o abastecimento da Corte na formação política do Brasil - 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARTINS, Roberto Borges. **A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.
- MATTOS, Ilmar Rochloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.
- PARKER, Stanley. A. **O Lazer e a Religião**. In. **A Sociologia do Lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Pp. 124-138.
- RESENDE, Edna Maria. **Entre a Solidariedade e a Violência: valores, comportamentos e lei em São João del -Rei, 1840/1860**. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- SOBRINHO, Antônio Gaio. **História do Comércio em São João del-Rei**. São João del-Rei: Sindicato do Comércio Varejista, 1997.
- SOBRINHO, Antônio Gaio. **Sanjoanidades**. São João del-Rei: A Voz do Lenheiro, 1996.
- SOIHET, Raquel. **O Drama da Conquista na Festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, pp. 44-59.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, v. 1.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **Ora et Labora**. In. **Lazer e Cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1968. pp. 25-31.

Capítulo 2

Os Espaços Públicos de Lazer da Cidade de São João Del Rei: Necessidades e Perspectivas

Adalberto dos Santos Souza⁶¹

Primeiras Palavras

A desautomatização humana só terá início de fato quando for permitido que o homem expresse sua ludicidade nos diferentes momentos da materialização de sua existência, sem esmagamento sistemático do ludens pela supervalorização imatura do faber (OLIVEIRA 1997, p. 968).

Esse texto tem como objetivo inicial mostrar quais são os espaços de lazer oferecidos pela cidade de São João del-Rei (SJDR) aos seus munícipes e, posteriormente, mostrar como o poder público investe e gerencia os equipamentos disponíveis nesses espaços. Tal discussão segue a trilha de apontar como é tratada a questão do lazer na cidade e, principalmente, quais são os projetos e ações desenvolvidas no sentido de contemplar as

61 Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas, em 2008, professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Este texto teve a colaboração da bolsista Aellanene Luiz Rosa Guimarães.

necessidades dos cidadãos são-joanenses em termos de direito ao lazer.

Numa sociedade em que o Estado pouco tem agido na garantia de direitos sociais ao mesmo tempo em que há uma tendência de se mercantilizar todas as atividades humanas, o lazer, seja nas suas expressões culturais ou esportivas, é negligenciado pelas políticas sociais abrindo caminho para que, cada vez mais, a iniciativa privada dele se aproprie tornando-o um bem de consumo. Neste processo, as camadas populares ficam alijadas da participação em atividades de lazer. Vê-se crescentemente sumirem áreas públicas de lazer em benefício ou da especulação imobiliária ou, ainda, das grandes empresas de entretenimento. Não é à toa que se proliferam os parques temáticos, os campos de futebol *society*, as grandes casas de espetáculos, enfim, formas de lazer privadas e, portanto, inacessíveis à população de baixa renda. Contrariamente a isso, o lazer entendido como uma prática social ocorrida no chamado tempo disponível da pessoa, ou seja, fora do tempo que esta passa envolvida com o trabalho, pode ser uma atividade cheia de sentido para o seu praticante. O indivíduo pode, nesses momentos, ter acesso a bens sociais e culturais que o levem a se humanizar. Ele pode, por exemplo, em seu tempo disponível participar de eventos culturais, tais como oficinas de teatro, poesia ou música. Pode participar de festivais de dança, de festivais esportivos, de festas populares, enfim, de uma série de atividades que possibilitem aumentar a sua capacidade cultural e crítica.

De acordo com Marcelino (2006, p.66) essa prática que deveria ocorrer nesse tempo disponível, está intimamente ligada a um espaço disponível. O autor argumenta que “se a questão for colocada em termos de vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano. As cidades são os grandes espaços e equipamentos de lazer”.

Essas reflexões iniciais nos levam a pensar na importância do fomento à criação e à manutenção de políticas públicas de lazer por parte dos gestores municipais. E é nesse sentido, que o

texto aqui apresentado procura apontar como a cidade de São João Del Rei tem tratado destas questões, sobretudo, em relação aos investimentos na construção de novos espaços e manutenção dos já existentes.

O Lazer na Atualidade

O lazer atualmente pode ser traduzido de acordo com Bramante (1998, p.9) por:

uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializado através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espaço, cujo eixo principal é a ludicidade. [...] Sua vivência está relacionada à oportunidade de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e, influenciados por fatores ambientais.

Esse lazer que hoje é reconhecidamente uma das maiores expressões da dimensão humana, também é visto por muitos como um dos fatores que têm influenciado o desenvolvimento social da humanidade. As universidades, institutos e grupos de pesquisas, em função da significativa presença do lazer nas práticas sociais, têm dado expressiva atenção para a problemática do lazer na sociedade. Sabe-se que o aprofundamento dos estudos do lazer no Brasil ocorreu a partir de meados da década de 1970, em que grupos de pesquisa em torno deste tema se organizavam nas universidades, nas diferentes áreas de conhecimento. Em função disso o número de artigos e livros publicados sobre o tema, bem como o número de eventos científicos que tratavam dessa temática cresceram substancialmente.

Porém, foi principalmente a partir da década de 1980, devido aos rumos que a sociedade brasileira tomou frente à abertura política e à retomada do processo de redemocratização do país, que os estudos do lazer, no Brasil, ganham nova direção,

destacando-se pela tendência de tratar do assunto de forma mais crítica, e pela ênfase dada às preocupações quanto ao nível conceitual existente e à sua ocorrência histórica.

É muito importante colocar que na década de 1990, o Brasil assistiu a um crescimento da indústria do lazer e entretenimento, fato que já ocorrera em outros países. Esse movimento da indústria do lazer e entretenimento caracteriza-se pelo crescimento no setor de viagens e turismo, pelo fortalecimento do mercado cultural e artístico, pela consolidação do esporte como um produto – extremamente rentável – de negócios, pelo crescente investimento em parques temáticos e pelo aumento significativo do poder dos meios de comunicação, dinamizando sua capacidade de inserção e influência na vida das pessoas.

Melo & Alves Jr. (2003, p.19) nos apresentam alguns dados desse crescente investimento. Segundo eles, “no Brasil, as indústrias de materiais esportivos movimentaram na última década, somente com as vendas, mais de R\$ 8 bilhões, e cerca de US\$ 237 milhões foram gastos com o marketing esportivo [...]”. Esses dados demonstram porque o lazer tem aparecido na mídia, nas políticas sociais e nas produções acadêmicas como um recente, mas fértil e promissor campo de negócios, um mercado de consumo a ser explorado. Segundo Werneck (2001), os três segmentos mais dinâmicos da economia mundial que marcarão decisivamente o século XXI são a tecnologia da informação, as telecomunicações e a indústria do lazer. Este último por possibilitar oportunidades de novos negócios, capaz de gerar altas taxas de retorno financeiro. A indústria do entretenimento e do turismo tem colocado, em nossos dias, dimensões novas e peculiares ao lazer.

Mas, ao refletir sobre esses pontos de maneira contextualizada e abrangente, nos perguntamos de que maneira esses investimentos no campo do lazer não se apresentam de forma excludente. A que camadas da população o lazer, como um campo promissor, tem realmente beneficiado? Como melhor utilizar esse tempo e espaço possibilitados pelo investimento no

campo do lazer? Como o poder público tem lidado com essas questões?

É necessária apenas uma análise superficial do contexto que envolve essa área para perceber que raros são os esforços realizados no sentido de viabilizar programas/projetos de lazer para o conjunto da população. Como ressalta Marcellino (1996), em alguns casos não significa ausências de recursos, mas má utilização, devido à ausência de parâmetros norteadores da ação. Desta forma, fica evidente a necessidade da formulação de "políticas de lazer", tanto nos setores público como privado, que norteiem distintas ações nesse campo. (BRAMANTE, 1997).

Em face desse cenário nossa pesquisa procurou conhecer o espaço urbano de São João del-Rei no que diz respeito aos espaços públicos de lazer, identificando dentro deste contexto os serviços públicos de lazer oferecidos para a população a fim de construir um referencial teórico-metodológico, que possibilite a ação educacional através do lazer e do desporto, visando a intervir na melhora da qualidade de vida da população.

Temos claro que refletir sobre os espaços de lazer na cidade constituiu-se em um exercício de olhar para o hoje e perceber no presente o ontem, e projetar o futuro. Dito de outra forma, ao analisar as formas de lazer urbanas hoje, nos remetemos, necessariamente aos determinantes sociais, influências da mídia na formação do *gosto*, dos anseios da população, entre outros. Sendo assim, ao buscar (re) conhecer esses espaços também se torna importante buscar identificar os *pedaços*⁶², as *manchas*⁶³ a partir da reestruturação dos espaços, encontrando assim novos e

62 Para Magnani, (1996, pp. 39-40) quando o espaço - ou um segmento dele - é demarcado por locais de encontro ou lazer situados nos limites da vizinhança e estão, portanto *sujeitos a determinada forma de controle, torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebendo o nome de pedaço.*

63 Utilizaremos o termo *mancha* para referir-nos a "[...] áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam - cada qual com sua especificidade, competindo ou completando - uma atividade ou prática predominante. Numa *mancha* de lazer os equipamentos podem ser bares, restaurantes, cinemas, teatros, o café da esquina etc., os quais, seja por competição ou complementação, concorrem para o mesmo efeito: constituem pontos de referência para a prática de determinadas atividades." Magnani (1996, pp. 40-42).

diferentes equipamentos⁶⁴ de lazer. Mas ainda devemos estar atentos às considerações de Magnani (*op. cit.*), sobre a relação do antigo e do moderno, o velho e o novo, o tradicional e a vanguarda, a periferia e o centro, o rico e o pobre, o caro e o barato, partindo das possibilidades concretas de entretenimento. São modalidades de lazer, talvez sem a sofisticação das últimas novidades da indústria do lazer, nem apresentam conotações políticas ou de classe explícitas, mas estão profundamente vinculadas ao modo de vida (hábitos, crenças, valores, etc.) da população.

Aspectos Metodológicos

A metodologia utilizada para a pesquisa foi basicamente uma combinação entre as abordagens qualitativa e quantitativa de pesquisa, no qual ocorre um diagnóstico das necessidades do local a partir dos dados coletados. Conforme Minayo (1994), a pesquisa qualitativa busca responder às questões particulares, a partir de um nível de realidade que não pode ser quantificado, na medida em que ela,

[...] trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 21-22).

Desta forma, a abordagem qualitativa aprofunda-se nos significados das ações e relações humanas. Porém, Minayo (*idem*) aponta que os dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas se complementam, excluindo a dicotomia. O ciclo da pesquisa qualitativa não é algo que se fecha, ao contrário, busca

64 Para Stucchi (*apud* BRUHNS, 1997, p. 112) os equipamentos recebem a classificação de específicos, àqueles que foram construídos com a finalidade de oferecer atividades de lazer, podendo ser especializados, polivalentes, entre outras classificações possíveis; e não-específicos, os ambientes que não foram planejados para o desenvolvimento do lazer, mas são utilizados para este fim, como por exemplo, as dependências de uma escola.

a partir do problema inicial a ser pesquisado, trazer contribuições para o surgimento de novas indagações para posterior aprofundamento. Porém, poderá haver a necessidade de se quantificar certos dados para que se possa chegar a um diagnóstico das necessidades dos frequentadores dos espaços pesquisados.

Sabemos que nesse tipo de estudo não podemos nos utilizar apenas da pesquisa qualitativa, uma vez que a mesma está mais interessada no processo do que no produto, no qual o pesquisador é o primeiro instrumento da coleta de dados. No caso do estudo desenvolvido, frisamos que o processo teve grande relevância, porém o produto (Mapeamento dos espaços, dos equipamentos, determinação de diretrizes) tomou importância maior, já que é ele que propicia a sustentabilidade de todo um rol de atividades que podem ser propostas para o desenvolvimento das ações pertinentes à criação e desenvolvimento de novos espaços de lazer para a população.

O estudo constou de três partes básicas, primeiro um levantamento bibliográfico acerca do tema, seguido de uma pesquisa documental sobre a área em questão e, finalmente, um estudo exploratório de campo (GIL, 1999).

São João Del-Rei: Espaços e Equipamentos Públicos de Lazer

O lazer acontece por uma permissão do tempo e uma vontade interna do praticante e é, inevitavelmente, vivenciado em algum lugar. À primeira vista, o espaço parece aspecto menor que envolve o tema lazer. Porém, o ambiente físico influencia muito além de sua materialidade, sustentado em valores éticos e estéticos de qualquer lugar (RODRIGUES & BRAMANTE, 2003, p. 26).

A cidade de SJDR possui, segundo os dados do IBGE de 2010, uma população de aproximadamente 84.404 habitantes distribuídos em uma área de 1.463,593 km². Atualmente, as principais atividades econômicas da cidade são: indústrias, artesanatos, bordadeiras, turismo, entre outros. Entre os

principais pontos turísticos da cidade estão as belas igrejas barrocas.

Em relação aos espaços públicos de lazer a cidade ainda está muito abaixo do esperado pela população, e pelo que observamos, as únicas opções estão distribuídas entre algumas praças e largos sem os equipamentos adequados para uma utilização satisfatória.

Muito embora esses espaços não contem com equipamentos que vislumbrem uma prática de lazer adequada por parte da população, eles são considerados pelos munícipes como parte integrante de seus momentos de descontração. É importante frisar que para os moradores, outros locais se apresentam como sendo importantes em relação ao quesito lazer. São eles, o cinema, os calçadões da região central, o shopping, as igrejas e algumas discotecas entre outros.

Logo abaixo temos uma foto da região central de SJDR, local onde circulam várias pessoas durante o dia e noite, ponto de encontro e palco de muitos eventos, sejam eles religiosos ou de outra natureza.



Figura 1 - Avenida
Presidente
Tancredo Neves

Em relação às praças e largos, destacamos que aquelas que visitamos, na sua grande maioria, não possuem equipamentos específicos que possam ser utilizados pela população e, aquelas que possuem, esses equipamentos estão em péssimo estado de conservação.

Compreendemos que a ação do Estado não deve ficar restrita a construção de espaços. As ações por ele desenvolvidas devem trilhar diversas direções. Ações isoladas e às vezes populistas não atendem as demandas necessárias para uma real política pública de lazer destinada aos anseios da população. Segundo Sttiger (1998, p.84),

quando o assunto é políticas públicas, se está falando de um determinado tipo de intervenção [...] que necessariamente, deverá trazer consigo e ter, como ponto de partida, a posição político-ideológica que a norteia e que deverá estar inserida na concretização de todas as ações que vierem a ser adotadas.

As intervenções e ações tomadas pelo poder público, devem passar necessariamente pela consulta popular, já que é a população que deve ser beneficiada com a concretização dessas ações. Em função dessa necessidade de conhecimento por parte da população dos espaços que lhe são oferecidos para as práticas de lazer, fomos verificar qual o conhecimento da população a esse respeito. Percebemos após um levantamento inicial duas coisas. Primeiramente, que os espaços públicos destinados às práticas de lazer estão sucateados e, segundo, que grande parte das pessoas desconhece os seus direitos em relação ao que o poder público deve oferecer a elas para essas práticas.

Essa percepção nos levou a concordar com Linhales (1998, p.72-73), no qual a autora afirma que

o conteúdo de uma política social, bem como as responsabilidades para sua implementação, guarda estreita relação com a natureza do Estado que, em outros termos, significa a forma como se processam os arranjos

políticos que lhe dão sustentação. Estas, por sua vez, interferem na seleção de prioridades para alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos.

Detectamos também que entre os locais tidos como propícios ao lazer, os mais conhecidos pela população são os descritos anteriormente, como os largos e as praças. Destacamos entre esses espaços o Largo da Cruz, Largo do Carmo, Largo do Cruzeiro, Largo do Rosário, Largo do São Francisco, Praça Afonso Arinos, Praça Afonso Dalle, Praça Barão Itambé, Praça Carlos Gomes, Praça Cristo Redentor, Praça da Estação, Praça do Coreto, Praça Dom Helvécio, Praça dos Expedicionários, Praça Dr. Antônio das Chagas Viegas, Praça Dr. Fausto Mourão, Praça Dr. Salatiel, Praça Duque de Caxias, Praça Eduardo Rodrigues Vale, Praça Francisco Neves, Praça Guilherme Milward, Praça Inácio Alvarenga, Praça José Nicolau Dinalli, Praça Monsenhor José Maria Fernandes, Praça Nossa Senhora da Penha, Praça Nossa Senhora de Fátima, Praça Pe. José Antônio Assis Teixeira, Praça Raul Soares, Praça Santa Terezinha, Praça São Geraldo, Praça Senhor Bom Jesus do Matozinhos, Praça Severiano Resende, Praça Três Heróis da FEB, Praça Frei Orlando e Praça da Biquinha.

Dentre as praças e largos, o largo São Francisco mostrou-se como um dos mais frequentados pelos são-joanenses, tanto à noite, quanto aos finais de semana. Pelo que apuramos isso se deve à existência de alguns bares nas redondezas, o que reforça a tese de que as praças e os largos são utilizados pelas mais variadas formas de divertimento, uma vez que bares, shoppings, danceterias entre outros espaços também podem e são considerados espaços de lazer pela população.

A foto abaixo mostra uma noite bem animada no largo São Francisco, no qual moradores se dividem entre um bate papo na mesa ou simplesmente um caminhar descontraído pelo largo.



Figura II- Largo São Francisco

A Praça da Biquinha, outra praça com índice de frequência alta em relação às demais, possui um “parquinho” com alguns brinquedos, duas quadras, uma pista de skate, algumas mesas para jogos de xadrez e damas, além de um pequeno chafariz, pequenas arquibancadas e banheiros. Nela, também está instalada a Secretária de Esporte e Lazer da cidade.



Figura III- Praça da Biquinha

Durante a nossa pesquisa também conversamos com algumas pessoas ligadas ao setor de esportes da cidade a fim de obter alguns dados sobre as políticas públicas de lazer locais e,

em uma dessas conversas, um dos coordenadores da Secretaria nos disse que a secretaria não possuía dados sobre as quadras e os espaços públicos de lazer de SJDR e, quando perguntado a ele por que, respondeu que ninguém havia solicitado esses dados até aquele momento, e por isso, a prefeitura não tinha feito nenhum tipo de levantamento específico a esse respeito.

Essa inércia do poder público demonstra a importância que o tema tem em alguns locais. Quando nos referimos a políticas públicas de lazer, nos referimos a uma intervenção político-ideológica na realidade social de um determinado local, não em uma ação neutra despolitizada e eleitoreira. Com isso pensamos o lazer como uma demanda social da população.

Compreendemos que cabe às prefeituras detectarem as demandas que a população tem em relação as suas reais necessidades, inclusive aquelas ligadas ao lazer, e para que isso ocorra, é necessário segundo Pellegrin (1996, p.36) que “as prefeituras, secretarias e os órgãos públicos da administração em geral, busquem soluções para realizar transformações e adaptações necessárias no espaço de lazer, de forma que a população seja envolvida no processo”. A autora acrescenta que “deve ser levada em conta a apropriação que os cidadãos estabelecem com o espaço urbano como um todo e, mais especificamente, com o espaço de lazer. E para que isso se viabilize, é necessário trabalhar com estratégias de ação que privilegiem a participação da população (idem).

Identificamos nesse período de campo que a cidade de SJDR tem uma relação mais estreita com as ações voltadas à demanda do turismo, o que justifica por parte do governo local, um investimento nos pontos mais visitados. Com isso a política municipal fica voltada quase que essencialmente ao turismo, com pouco interesse nos espaços e equipamentos que são ou deveriam ser destinados aos munícipes. Dessa forma, a apropriação dos cidadãos são-joanenses do espaço urbano

como forma de espaço de lazer parece que é relegada ao segundo plano.

Exemplo disso é que na cidade existem outros espaços além das praças e largos, contudo o estado de conservação ou investimento público desses locais não teve melhor sorte. A pista de skate (foto abaixo) localizada no bairro de Matosinhos é uma fiel representante dessa situação. Ela encontra-se em péssimo estado, com pichações e, com o mato envolto entre outros problemas.

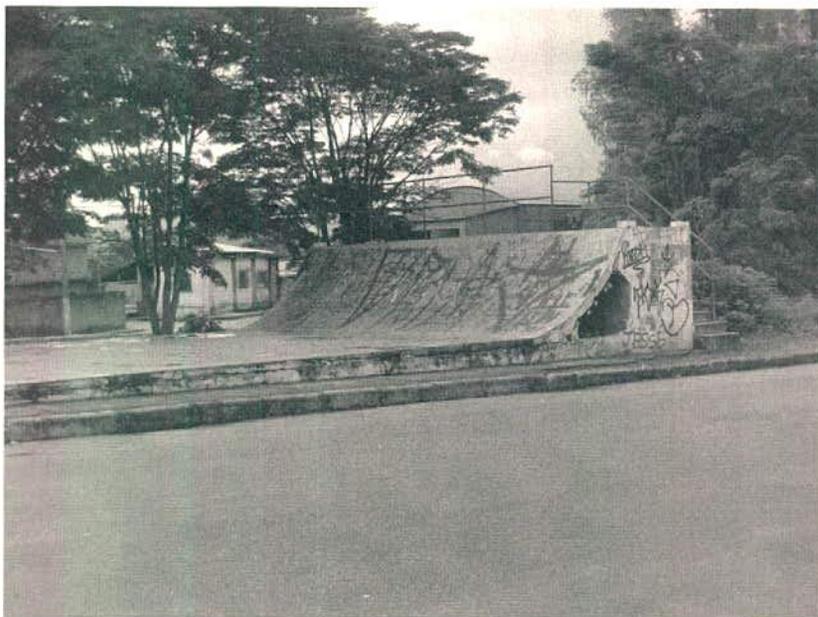


Figura IV-Pista de Skate na Vila Nª Sª de Fátima

Outros espaços, segundo relatos da população, também fazem parte do circuito de lazer dos moradores. De acordo com eles o cinema da cidade que fica localizado na região central, juntamente com os calçadões também fazem parte do circuito de lazer dos jovens são-joanenses.

Outro ponto tido pelos moradores como espaço de lazer é a antiga rodoviária de SJDR, mais conhecida como Rodoviária

Velha. Nela é possível observar alguns aposentados jogando baralho aos finais de tarde. Nesse espaço também percebemos que o poder público não tem dado a devida atenção, pois o local é bastante sujo. Mesmo o local estando em estado precário, quando perguntado a um frequentador o que este achava do local, ele respondeu gostar bastante, e ainda segundo ele, não deveria mudar nada, “pois poderia correr o risco de acabar com o único local onde podiam jogar cartas”.

Essa atitude de passividade do entrevistado, segundo Bramante (1995), faz com que a população não cobre do governo as ações consideradas consistentes para o setor. O autor acrescenta que isso redundava em políticas frágeis de lazer, tanto nos níveis federal e estadual, como no municipal.

O local no qual o nosso entrevistado disse que não deveria mudar nada é bastante simples e sem grandes investimentos em termos arquitetônicos ou de equipamentos, porém, para os frequentadores, na sua grande maioria aposentados, ele é extremamente importante.



Figura V- Rodoviária velha de São João Del-Rei

Outro espaço de destaque para o lazer sanjoanenense é a Avenida Leite de Castro. Uma das mais importantes da cidade de SJDR, ela fica localizada no bairro conhecido como Fábricas, isso porque, antigamente, nesse bairro ficava localizada a maioria das fábricas da região.

Nessa avenida as pessoas realizam as suas caminhadas, os estudantes têm por hábito se reunirem antes e depois das aulas, os trabalhadores fazem o seu intervalo de almoço, os idosos se reúnem para ler ou para um bate papo. No local também existem vários *trailers* de *hambúrguer* nos quais as pessoas param para conversar enquanto comem alguma coisa.

Perguntamos a um dos frequentadores desse local, que costuma ir de duas a três vezes por semana para se encontrar com outros idosos e bater papo, o que deveria ser feito para melhorar o espaço. Ele respondeu que deveria ser criado um espaço de lazer no local para as crianças, como por exemplo, um parquinho. Outra frequentadora assídua do local nos disse que, para ela, era preciso melhorar o “chão”, uma vez que ele, ao seu ver, era impróprio para caminhadas.

Na foto abaixo percebemos que a Avenida Leite de Castro é larga e com uma área central arborizada. É justamente nessa parte que os moradores da cidade realizam as caminhadas, corridas e alguns exercícios, geralmente pela manhã e aos finais de tarde. Pelo que percebemos, ela é um dos espaços mais democráticos. Nela circulam pessoas de todas as idades.

Outra característica importante dessa avenida é que nela não percebemos a “mão” do poder público, ou seja, não existe nenhum tipo de investimento específico por parte da prefeitura, os moradores se apropriaram dela para realizar suas atividades físicas cotidianamente sem que para isso houvesse algum tipo de ação sistematizada.

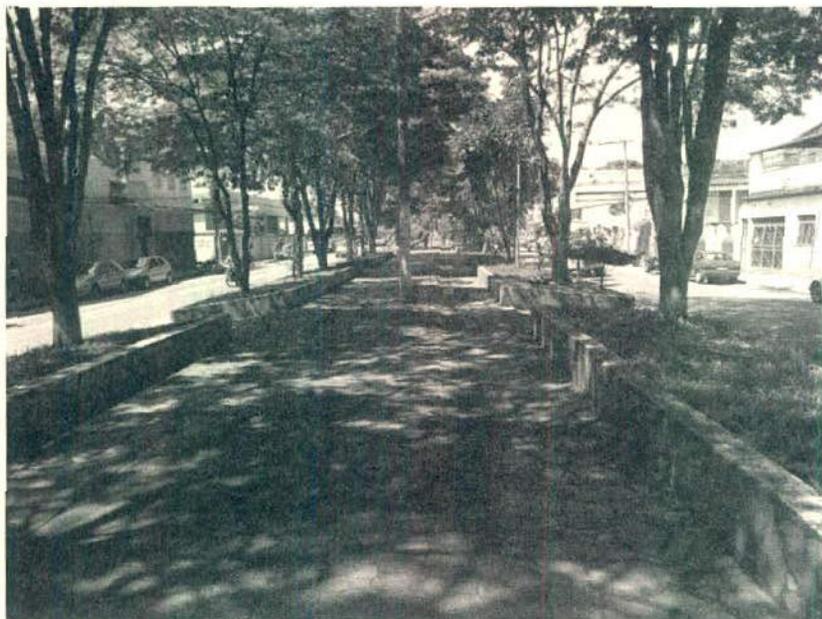


Figura VI- Avenida Leite de Castro

A Praça Senhor Bom Jesus do Matozinhos, que foi recentemente reformada, tem uma característica peculiar, ela é dividida pela linha de trem que faz o trajeto de SJDR a Tiradentes. Muito embora nessa linha não ocorra à circulação diária de composições, uma vez que esse trajeto é utilizado de forma mais turística, não deixa de ser algo peculiar a uma praça. Esse local é muito utilizado para as festas religiosas da igreja que fica ao lado e, raramente, percebemos um grande número de pessoas utilizando seu espaço para atividades de lazer.

Mesmo não sendo palco de um número elevado de pessoas para as práticas de lazer, circulam em seu entorno uma quantidade elevada de pessoas, e isso se deve ao fato dela ficar ao lado de uma escola e um posto de saúde.



Figura VII- Praça Senhor Bom Jesus do Matozinhos

Embora exista uma quantidade razoável de praças e largos na cidade, ressaltando-se o estado precário que a grande maioria se encontra, o leitor mais atento deve ter percebido que não citamos em nenhuma vez a existência de um parque municipal para a prática de atividades físicas ou de lazer. De fato, na cidade não há nenhum parque destinado a este fim. Embora essa seja uma necessidade da população, ainda não houve nenhuma iniciativa concreta a esse respeito.

Um dos espaços “fechados” mais utilizados pela população para a prática de atividades dessa natureza são as dependências da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), que abre as suas portas para população, oferecendo inclusive, vários programas coordenados pelo curso de Educação Física. O campus Dom Bosco, por exemplo, possui uma quadra, um campo de futebol *society* e uma brinquedoteca que são abertos ao público. Para a utilização dos espaços é necessário agendar um

horário. No campus Tancredo Neves (CTAN) existe uma piscina, uma quadra poliesportiva⁶⁵, uma pista de atletismo e um campo de futebol, além de salas de ginástica e uma utilizada para as aulas de karate

Figura VII- Piscina localizada no Campus CTAN da UFSJ



Figura VIII- Campo de futebol e pista de atletismo- CTAN

A Prática de Esportes na Natureza e os principais pontos Turísticos

Pelo fato da cidade de SJDR ter sido construída em uma região montanhosa é comum a existência de trilhas, cachoeiras e

65 Esta quadra foi demolida no final de 2010 e em seu lugar esta sendo construído mais um prédio para alojar os cursos superiores da UFSJ previstos no REUNI.

outros locais propícios à prática de esportes na natureza. Além das igrejas e os outros pontos turísticos da cidade, os esportes praticados na natureza se constituem não só para os moradores, mas também para os turistas, uma atração a parte. Considerada por muitos como uma forma de aliviar o *stress* e curtir momentos de descontração com os amigos, essa prática é comumente associada aos melhores momentos de lazer vividos pelos que dela tem acesso.

Destacamos entre esses locais a Casa da Pedra que é uma caverna com formação calcária e, possui várias galerias, amplos salões, estalactites, estalagmites. As atividades mais desenvolvidas nesse espaço são os passeios com monitores e a prática do *rapel*. Outro local bem frequentado é a Serra do Lenheiro que possui locais para escalada e *rapel*, além de pinturas rupestres.

A Cachoeira dos 14, que tem esse nome segundo moradores, por ficar a 14 km no início da estrada que dá acesso a ela, também é um local privilegiado pela natureza. Soma-se a essa bela paisagem as cachoeiras dos Moinhos, do Bom Despacho e do Urubu que é a mais frequentada pelos munícipes por ser de fácil acesso, principalmente na sua parte baixa.



Figura IX- Cachoeira dos quatorze



Figura X- Cachoeira Bom Despacho

Segundo uma das empresas de Lazer e aventura da cidade, a procura por seus serviços em SJDR é pequena, em média duas vezes por semana, com grupos de 3 a 4 pessoas e, somente turistas, já que segundo ela, os moradores de SJDR frequentam sozinhos esses locais.

Como dissemos anteriormente SJDR é uma cidade com características de cidade turística e, sem dúvida, entre as principais atrações da cidade estão as belas Igrejas e os rituais religiosos ligados a elas. Para os moradores essas festas são sinônimo de orgulho, principalmente, porque muitas delas são tidas como as melhores e mais tradicionais do calendário religioso da região.

Entre as mais importantes estão à festa do Divino Espírito Santo e a Semana Santa, que atrai turistas de todas as partes do mundo. Nessa última, alguns ritos são tradicionais, como a Encomenda das Almas, os tapetes de serragem e pó de café, o ofício de trevas, o toque dos sinos entre outros.

Percebe-se pelo explicitado até aqui, que os eventos ocorrem na maioria das vezes em espaços públicos. Para nós, o espaço público é todo aquele que é de comum direito a todos os cidadãos e não possui restrições nem privações para seu uso. É justamente por isso que compreendemos que o poder público deve centrar suas ações nesses espaços.

Retomando a questão das igrejas, é importante frisar que alguns eventos/rituais têm características que para uma parte da população, estão fortemente relacionados a momentos de encontro com amigos, familiares e, portanto, ligados de certa forma a um tipo de lazer ou momentos agradáveis.

Podemos destacar dentre as Igrejas nas quais ocorrem esses eventos, a de São Francisco de Assis (foto a seguir), que segue a tendência curvilínea do rococó e tem uma fachada ricamente ornamentada. É uma construção arrojada feita de pedra lavrada e tem como uma de suas peculiaridades o fato de existir um cemitério anexo, no qual existe o túmulo do ex-presidente Tancredo Neves.



Figura XI-
Igreja de São
Francisco de
Assis

A Igreja Nossa Senhora do Carmo que foi erguida na época áurea do rococó e traz inovações do estilo, também está entre as mais visitadas da cidade, principalmente pela beleza e detalhe do acabamento interno. Ela é roteiro certo da maioria dos turistas que visitam a cidade.



Figura XII- Igreja Nossa Senhora do Carmo

A Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar, localizada na Rua Getulio Vargas, também conhecida como Matriz tem no seu interior características do barroco mineiro em suas pinturas e se destaca por causa de suas talhas de ouro. Seu teto é considerado a maior superfície pintada do barroco mineiro, em função disso também é alvo de inúmeras visitas dos turistas.



Figura XIV- Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Figura XIII- Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada na Praça Embaixador Gastão da Cunha é considerada a igreja mais antiga da cidade e faz parte do roteiro obrigatórios dos turistas.

A Igreja Nossa Senhora das Mercês, localizada na Praça Dom Pedro II, tem como principal peculiaridade, o fato de possuir apenas uma torre, fato não muito comum entre as Igrejas da região, sendo assim, a única do centro histórico com essa característica. As suas escadarias também chamam atenção pela quantidade de degraus.



Figura XV- Igreja Nossa Senhora das Mercês

A descrição de cada uma das igrejas que compõem o roteiro turístico e religioso da cidade teve como o objetivo, mostrar a forte ligação delas com a população e as suas ações cotidianas, o que reforça a ideia de que falar de lazer em um determinado local vai além da aparência. Os espaços e equipamentos, sem dúvida são importantes, mas perceber como a população constrói a representação sobre essas coisas também se torna fundamental na medida em que elas modificam, significam e ressignificam as ações cotidianas dos indivíduos. Visto dessa forma o lazer

também pode ser compreendido como parte de um processo cultural.

Segundo Marcellino (2000, p.16) o lazer nessa perspectiva cultural pode ser pensado como uma cultura vivenciada no 'tempo disponível, "não em contraposição, 'mas em estreita ligação com o trabalho e as demais esferas de obrigação da vida social, combinando os aspectos tempo e atitude".

A atitude a que nos reportamos nesse texto, refere-se a como o indivíduo encara a atividade: como obrigação ou como fruição. Pensada desta forma, a cultura vivenciada no tempo disponível pode se dar sob diversas formas: nas chamadas atividades esportivas, culturais, enfim em toda e qualquer atividade em que haja a possibilidade de apropriação de maneira lúdica da cultura humana disponível em suas mais variadas formas.

Ainda segundo o autor, esta atitude pode ser inclusive, contemplativa, já que a contemplação é também atividade humana. Claro que nesta atividade quanto mais os sentidos humanos estiverem apurados, maior será o gozo. Vê-se aqui que o lazer pode ser causa e consequência na apuração dos sentidos humanos.

Na verdade, este raciocínio é válido para toda e qualquer atividade que possa vir a ser desenvolvida nos espaços públicos de lazer, seja ela contemplação, envolvimento em atividades esportivas, participação em cursos oferecidos, etc. Com isso, as atividades lúdicas na esfera do lazer têm um importante papel a desempenhar na sociedade, qual seja, o de favorecer a apreensão do conhecimento⁶⁶ produzido significativamente e acumulado pela humanidade ao longo do tempo e, desenvolver com todos os seres humanos os recursos culturais essenciais para o protagonismo social.

66. Apreender o conhecimento é entendido como apropriação crítica e significativa do conhecimento culturalmente construído, o que implica a possibilidade dos seres humanos em usufruir, participar, produzir, exigir e transformar a sua cultura, permitindo dotá-la criticamente de novos sentidos/significados

Ainda nessa linha de raciocínio, do lazer como uma atividade lúdica que tem um importante papel na sociedade, no sentido de favorecer a apreensão do conhecimento produzido e acumulado pela humanidade, podemos acrescentar aos espaços de lazer da cidade, outros locais de igual importância, tais como o museu regional, o complexo ferroviário e o teatro municipal.

O Museu Regional está localizado na rua Marechal Deodoro e, em seu acervo que é constituído de cerca de 500 objetos estão várias peças dos séculos XVIII e XIX, entre elas estão móveis, imagens sacras, oratórios e telas, e entre as peças de destaque estão o antigo órgão da Igreja Nossa Senhora do Carmo e uma imagem de São Sebastião, ambas atribuídas ao artista Aleijadinho. No espaço ainda existe uma biblioteca, um arquivo com jornais, fotografias e documentos históricos da região.



Figura XVI- Museu Regional

O complexo Ferroviário tem como principal atração a viagem de tremzinho de SJDR a Tiradentes, e fica localizado na rua Quintino Bocaiúva, próximo ao centro comercial da cidade.

Apresenta três distintas partes: a Rotunda (construção circular que lembra o anfiteatro romano), o Museu Ferroviário e a Maria Fumaça. No interior da Rotunda ou Coliseu estão 25 linhas ocupadas por máquinas Baldwins, além de uma máquina a vapor cortada ao meio para mostrar seu funcionamento. A Maria Fumaça é uma locomotiva Baldwins fabricada nos EUA. Segundo dados dos responsáveis pelo local ele reúne o maior acervo de locomotivas a vapor, preservadas e originais, de um mesmo fabricante, a Baldwin.

A viagem que é a principal atração turística demora cerca de 40 minutos, de SJDR a Tiradentes e vice e versa. De acordo com um funcionário que trabalha na estação ferroviária a procura pela viagem é maior por parte dos turistas.

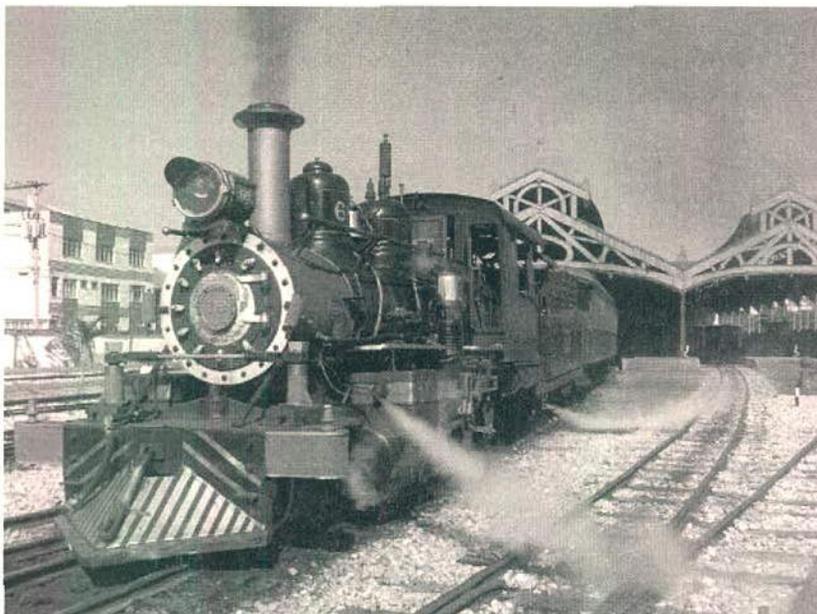


Figura XVII- Foto da Maria Fumaça e ao fundo da estação

O Teatro municipal de SJDR foi inaugurado em 1893 e está situado no coração da cidade. Todo inspirado na arquitetura greco-romana ele tem na sua fachada três portas romanas e em

cada uma delas está esculpido um rosto alegórico, representando cada um deles, o drama, a comédia e a tragédia. O teatro é palco dos grandes eventos que ocorrem na cidade, reunindo pessoas dos mais variados setores. Pelo fato de estar localizado no centro da cidade, todo evento ocorrido em seu espaço é uma atração a parte, uma vez que é apreciado por todos que circulam pelo local.



Figura XVIII- Teatro municipal

Os locais apresentados até o momento, como as cachoeiras, o teatro municipal, o museu regional, o complexo ferroviário e as igrejas, fazem parte dos espaços utilizados em maior ou menor grau pelos moradores da cidade no seu dia-a-dia e, sem dúvida, esses espaços se constituem para esses moradores, como sendo espaços que misturam cultura, religiosidade e lazer.

A “mão” do poder público em cada um desses locais se faz presente em níveis diferenciados. Embora alguns dos espaços

citados não sejam de responsabilidade direta do setor público, alguns deles recebem incentivos ou tem uma política pública que favorece a sua manutenção, haja vista que são vistos como atrações importantes para o incremento do setor turístico, o que nem sempre está em consonância com os interesses ou necessidades da população.

Considerações Finais

A discussão que travamos nesse texto procurou demonstrar como é tratada a questão do lazer na cidade de São João del-Rei e, também apontar como o poder público investe e/ou gerencia os equipamentos e espaços disponíveis a população.

Identificamos após a conclusão da pesquisa alguns pontos importantes sobre essa questão. Primeiramente, que as ações e os projetos desenvolvidos no sentido de contemplar as necessidades dos cidadãos são-joanenses em termos de direito ao lazer, foram relegados ao segundo plano durante muito tempo. Tal afirmação deve-se ao fato de que os locais por nós visitados, não demonstraram na sua grande maioria, condições adequadas de utilização por parte da população. Tanto os equipamentos quanto os espaços estavam degradados ou sem a infraestrutura necessária para uma prática segura e com alternativas que contemplem as necessidades de seus frequentadores.

Também relatamos ao longo do texto que na cidade não existe um clube ou parque público que atenda as necessidades básicas dos cidadãos. Em virtude disso, podemos afirmar que o espaço de lazer visto como um espaço cultural ou social, no qual podem se estabelecer relações específicas entre os seres não é privilegiado pela prefeitura da cidade.

A má estruturação urbana é outro fator de destaque negativo. Os locais existentes na cidade não propiciam, por exemplo, acesso as pessoas com necessidades especiais. Na

atualidade, pensar em um espaço arquitetônico público sem pensar nessas pessoas é desconsiderar o direito básico delas.

Reafirmamos que os programas de lazer devem estar adequados às realidades onde estão inseridos e, para que isso ocorra, a população deve ser consultada, uma vez que é ela que deve se beneficiar dessas melhorias.

O processo de urbanização e, a alocação de recursos materiais e humanos para a implementação desse processo, devem ter o envolvimento de diferentes setores da sociedade, assim a alocação dos recursos para esse fim, serão otimizados de forma a atender a demanda real e necessária do local.

Concluimos nossas reflexões afirmando que os espaços públicos de lazer oferecidos pela cidade de São João del-Rei aos seus munícipes ainda está longe do ideal, por isso é necessário o envolvimento de todos os setores organizados da sociedade para que tal quadro seja repensado. Se hoje os investimentos feitos pela prefeitura em projetos e ações estão aquém do necessário, não significa que eles não possam ser revistos.

As políticas setoriais só podem ser mudadas com a percepção de que elas ainda não são as adequadas, e para que isso ocorra, é necessário que os problemas sejam mostrados, sem o qual não há reflexão e, conseqüentemente, mudança de rumo.

Quando nos propusemos a falar dos espaços públicos de lazer da cidade de São João del-Rei e das suas necessidades e perspectivas, não tínhamos a intenção de dar fórmulas prontas para resolver os problemas, até porque, isso seria desconsiderar o contexto e alijar a população do debate sobre o assunto. O intuito foi de suscitar questões até então encobertas ou pouco presentes no cotidiano das pessoas, para que com isso, possamos aflorar a vontade de repensar o lugar do lazer nas políticas públicas da cidade.

Referências Bibliográficas

- BRAMANTE, A.C. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: BRUHNS, H.T. (org). **Introdução aos Estudos do Lazer**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. **O lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectiva**. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995.
- _____. Lazer: concepções e significados. **Revista Licere do Centro de Estudos de Lazer e Recreação**, Belo Horizonte: UFMG, 1, n.1, 1998.
- BRUHNS, H. T. (Org.). **Introdução aos Estudos do lazer**. 1. ed. Campinas-Unicamp: Unicamp, 1997. v.0. 187 p.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas e Pesquisa Social**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LINHALES, M.A. São as Políticas para a Educação Física/Esportes e Lazer, efetivamente Políticas Sociais? In: **Motrovivência** Ano X nº 11, Florianópolis: UFSC, 1998.
- MAGNANI, J.G. C & TORRES, L. de L. **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. P. 196-229.
- MARCELLINO, N.C. **Estudos do Lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. **Lazer e Educação**: 7 ed, Campinas: Papiрус, 2000.
- MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H. & LINHALES, M. A.(Orgs.) **Sobre lazer e política. Maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 65 - 92.
- MELO, V. e ALVES Jr., E. de D. **Introdução ao lazer**, Barueri, SP: Manole, 2003.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- PELEGRIN, A. de. O espaço de Lazer na Cidade e a Administração Municipal. In: MARCELLINO, N. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- OLIVEIRA, C. B. Reflexões acerca do lazer em suas diferentes dimensões: Da proposta teórica a prática na Universidade. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 10.

Goiânia, 1997. *Anais ...* Goiânia, 1997. p. 966-970.

WERNECK, C.L.G.; ISAYAMA, H.F. *Lazer, Cultura, Indústria Cultural e Consumo*. In: WERNECK, STOPPA, ISAYAMA. **Lazer e Mercado**. Campinas: Papyrus, 2001, p.45-70.

RODRIGUES, E. H. C. & BRAMANTE, A. C. O espaço na construção de uma política de lazer – estudando Sorocaba/SP. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 23-37, maio 2003.

STIGGER, M.P. *Políticas Sociais em Lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?”*. In: **Motrivivência**. Ano X nº 1, Florianópolis: UFSC, 1998.

Capítulo 3

Política Social de Esporte e Lazer: Os Espaços Públicos da Cidade de São João del-Rei.

Renato Sampaio Sadi⁶⁷

Introdução

A política de esporte e lazer de municípios no Brasil, quando existente, convive com uma cultura política do tipo paternalista e assistencialista, geralmente pouco conhecedora de determinantes sócio-econômicos e de recursos inteligentes para a definição de metas e de programas. Os gestores, os esportistas, os atletas, os técnicos, os professores e as pessoas em geral que praticam (e vivenciam o mundo do esporte e lazer) constituem, predominantemente, um povo ainda refém das elites, dos governantes conservadores e dos aparatos burocráticos da máquina do Estado.

67 Doutor em Educação: História, Política, Sociedade, em 2001, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Associado do Departamento das Ciências da Educação Física e Saúde da Universidade Federal de São João del-Rei. Este texto teve a colaboração dos bolsistas Gabriel Rocha Vargas e Janaina Adriane Menacho.

Neste quadro, ao recortar da história o recente período de governo do presidente Lula (2003-2010), o Ministério do Esporte, se apresentou como um pilar de políticas propositivas, favorecendo atividades desenvolvimentistas, obtendo resultados iniciais satisfatórios e apontando perspectivas de reordenação de prioridades.

A partir do direcionamento político do governo federal no tratamento com o esporte e o lazer, muitos dos municípios brasileiros tiveram a oportunidade de avançar na construção de suas plataformas políticas para o setor. A luta por recursos e por poder foi acompanhada pelas contradições inerentes entre trabalho e tempo disponível bem como entre possibilidades criativas e espaços existentes.

É possível afirmar que o Estado Brasileiro investiu, na área do esporte, nos últimos oito anos (2003-2010) muito mais do que historicamente vinha fazendo. Segundo o Ministro Orlando Silva, houve uma "evolução da consciência pública quanto aos investimentos necessários para o esporte brasileiro, que pulou de 370 milhões anuais em 2003 para mais de 2 bilhões e 200 milhões de reais em 2011." Entretanto, cabe salientar que a direção dos investimentos foi prioritária no campo do esporte de rendimento em prejuízo do esporte educacional e de lazer. Nesse sentido

Os gastos do Ministério do Esporte e dos outros ministérios em esporte de rendimento totalizaram 81% e menos de 8% para as manifestações de esporte educacional e participação (...). A realização do Rio-2007 se manteve como o maior investimento do governo federal no somatório do período (2004-2008), chegando ao valor de R\$ 975 milhões (...). Os dados demonstram que o esporte de rendimento é prioritário no recebimento de recursos pelo poder público federal (ALMEIDA & MARCHI JUNIOR, 2010, p.89)

Investir e gerir recursos públicos são desafios para os governantes. Esta conjugação envolve planejamento, controle, avaliação, direção e vontade política.

Em São João del-Rei-MG a inexistência de atitude política a favor do esporte e do lazer evidencia o caos instalado e a falta de rumos entre os gestores, incluindo também a apatia da população, vítima e órfã do poder público municipal.

Neste texto buscamos situar os condicionantes teóricos e conjunturais com as atitudes progressistas ao redor da política social. Do geral para o específico, apresentamos uma discussão sobre a categoria trabalho no sentido de evidenciar complexidades e demonstrar o quão longe estamos do esporte e do lazer como direitos sociais efetivamente cumpridos. Completando a análise, esboçamos uma crítica à política de ocupação dos espaços públicos da cidade de São João del Rei, observando como o esporte e o lazer se situam como reféns da política social, empobrecendo as oportunidades de práticas saudáveis e limitando o acesso a novos produtos e processos do mundo do esporte e do lazer.

Aspectos da categoria trabalho como determinante da política social de esporte e lazer.

Ao discutirmos o projeto cujo título inicial era “As práticas de lazer na cidade de São João del-Rei: uma análise dos espaços públicos de lazer oferecidos aos munícipes pelo poder público”, construímos uma reflexão sobre os determinantes da política social de esporte e lazer, que em nossa compreensão estão situados ao redor da categoria trabalho. Entendendo que o trabalho é uma condição natural e eterna do homem em sociedade, formulamos um quadro teórico-metodológico para a explicação das principais questões abordadas no projeto.

A compreensão do trabalho nas diferentes etapas cronológicas desde a manufatura passando pelo taylorismo/fordismo até as formas toyotistas permitiram que nosso quadro fosse delineado com base na ideia de que as transformações não significaram ruptura com o caráter capitalista do modo de produção e com seu complexo plano ideológico de controle da subjetividade do trabalhador. A defesa do sentido individualista, o aumento do desemprego, a intensificação e a precarização do trabalho, são marcas da sociedade contemporânea (cf. NAVARRO & PADILHA, 2007).

Nosso quadro teórico-metodológico, ancorado nas bases da totalidade social e completado pelos determinantes ideopolíticos de conjuntura e dos traços particulares da política brasileira permitiu visualizar o mundo da política social de esporte e lazer e, dentro deste mundo, os espaços públicos da cidade de São João del-Rei. Destacamos assim, os fundamentos do trabalho como uma essência conceitual que permite interpretar o lazer e especialmente, a política social do setor.

Quais são, portanto, os fundamentos específicos para nossa discussão? O tempo de trabalho divide a compreensão do trabalho em dois blocos. O primeiro que defende uma maior produtividade em menor tempo e o segundo que concebe o trabalho para além da dimensão produtiva e consumista.

Para o pensamento taylorista/fordista há que se induzir três elementos no processo de trabalho: intensificação, economia e produtividade. A intensificação tem o intuito de diminuir o tempo de produção; a economia reduz o volume do estoque da matéria-prima a ser transformada e a produtividade visa aumentar a capacidade de produção do homem em um determinado período. O taylorismo/fordismo como um sistema de produção em massa significou não só a padronização do produto, mas também um consumo em massa, que por sua vez teve implicações em outras esferas da vida social. Tanto a forma de produção fordista como o chamado americanismo foram particularidades da América do

Norte. O americanismo, um composto ideológico e cultural, necessário para constituição do modo de vida de um tipo específico de trabalhador, em outras palavras, uma condição básica para que houvesse o desenvolvimento fordista de produção e vice e versa.

Antônio Gramsci ilustra a relação do americanismo com o fordismo observando conceitos de produção, educação, quantidade e qualidade. Para o autor, é necessário trazer a metodologia marxiana e marxista à luz do enfrentamento do modo capitalista de produção e, portanto, à luz da atividade humana.

A qualidade deveria ser atribuída aos homens e não às coisas: e a qualidade humana eleva-se e se refina na medida em que o homem satisfaz um número maior de necessidades e, portanto, torna-se independente delas. O alto preço do pão, devido ao fato de se pretender manter um número maior de pessoas ligado a uma determinada atividade, leva à desnutrição. A política da qualidade determina quase sempre seu oposto: uma quantidade desqualificada (GRAMSCI, 2001, p. 261)

Ao pontuar as contradições inerentes ao modo capitalista de produção, o autor sugere que o termo qualidade não é racional, ou seja, tudo o que for reprodutível passa a ser pensado no domínio quantitativo, podendo ser fabricado em série. Esta lógica permite verificar os desníveis da produção ofertada, de um lado, produtos “caros” que são dificilmente acessados pela grande população, de outro, artigos, peças, mantimentos e produtos considerados básicos e “baratos”, normalmente destinados à reprodução social. Permite também observar o universo dos impostos e tributos praticados pelas prefeituras e trocados por políticas sociais, isto é serviços sociais que são programas públicos, entre vários deles, os de esporte e lazer para crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais.

Quando compreendemos que a economia se processa a partir dos resultados do trabalho, o que implica em uma percepção da totalidade da forma capitalista de produção e circulação podemos desenhar as perspectivas para a aplicação de recursos da política social. Este universo ilusório, de simples constatação é apenas circular: envolve o pensamento do trabalho como fonte da política social.

O trabalho, no mundo inteiro tem sido debatido a partir de noções concretas e abstratas, necessárias ou não aos condicionantes do capital. O pressuposto marxiano de que o trabalho é necessidade natural e eterna para os indivíduos em quaisquer formas de humanidade situa a lógica de compreendê-lo como criador de valores de uso, ou seja, um trabalho que faz o vínculo material entre o homem e a natureza no sentido de produzir e de reproduzir a vida humana deve ser revelador de uma melhora na condição geral da população. Nesta concepção, uma volta à configuração filosófica do jovem Marx, ilustra peculiaridades e sentidos do trabalho apontando caminhos inovadores. A passagem sobre o estranhamento e a externalidade do trabalho nos Manuscritos Econômico-Filosóficos ilustra como a concepção classista, ainda viva, pode dar sentido às discussões sobre o esporte e o lazer.

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte, máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (...) o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por

consequente e em primeiro lugar, junto a si quando fora do trabalho e fora de si quando no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O seu trabalho não é por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se de forma tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se o seu trabalho não fosse seu próprio, mas de um outro, como se o trabalho não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. (MARX, 2004, p.80)

O trabalho produz valor, valoriza a economia e desvaloriza o trabalhador. O trabalho produz recursos para o Estado, para o desenvolvimento de políticas sociais. Resultante de impostos e taxas, as políticas sociais de esporte e de lazer dependem, portanto, da circulação de trabalho, de excedentes do trabalho, isto é, da circulação de mercadorias. Ocorre que esta lógica está a serviço dos ricos, do Estado burguês, quase nunca disponível aos trabalhadores. Isso implica, muitas vezes, no abandono dos espaços de esporte e de lazer, na falta de política para manifestações corporais e de atividades físicas, o que implica, portanto, na não continuidade de trabalho e de trabalhadores empregados.

Exemplificando a situação acima, vamos supor que um espaço de convivência esportiva e de lazer fosse construído no município. Trabalhadores seriam empregados por certo período, desempregados após o fim das obras. Os usuários deste espaço viveriam na dependência de atualização da política social existente, conforme o grupo político no poder, caso contrário, o espaço construído estaria sujeito ao abandono.

A partir dos determinantes da economia política, das discussões sobre o trabalho e das condições de vida em São João del-Rei, resgatamos as reflexões sobre o valor e a (des)valorização do mundo dos homens e das coisas. Entendemos que a consciência crítica e o debate democrático devem fortalecer a ideia de que as políticas sociais específicas *para o esporte e para o lazer dependem dos valores em uso.*

Um bem possui dois tipos de valores: valor de uso e valor de troca. O valor de uso é medido pelo trabalho concreto, esse, dependente da habilidade e mão de obra humana, e a utilidade de uma mercadoria gera a ela um valor de uso, por exemplo, um casaco aquece, o arroz alimenta etc. Já o valor de troca está associado à quantidade de tempo que o trabalhador gasta para produzir uma mercadoria, facilitando a troca dos bens produzidos por outras mercadorias para uso, ou até mesmo por dinheiro. Sendo assim, o valor era determinado no âmbito da produção e não da circulação. Cada mercadoria possui seu próprio valor de uso, mas todas foram produzidas a partir do uso da força de trabalho, podendo afirmar então que o valor de uso tem uma *relação qualitativa, enquanto o valor de troca é quantitativo.*

Nesse sentido o trabalho é uma categoria de amplas possibilidades humanas, que, no interior do capitalismo, e da ordem do capital tem sua espinha dorsal quebrada pela lógica da mercadoria (sociedade do consumo). Entretanto, as energias do capitalismo são orientadas para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde do sistema econômico capitalista, visto que só por meio do crescimento, os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de se preparar para uma expansão do produto e para um crescimento em valores reais, não se importando com as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. (cf. HARVEY, 2006)

Nos dias atuais aqueles que estão pautados pela perspectiva de um projeto de classe irão ter como referência, de

um lado uma luta das classes que vivem do trabalho e, de outro, uma luta das classes que se aproveitam do trabalho. Estamos, portanto dentro do coração político desencadeado pela separação (esquerda e direita) que delimita campos e apresenta a possibilidade de mapear as ideologias, as práticas, as intenções e os projetos.

Sabendo que em São João del Rei a esquerda nunca chegou ao poder, a política social certamente ficou restrita aos ditames e privilégios de poucos. Provavelmente seguiu a orientação histórica da ordem burguesa: antes de 1964, um controle da política; nos anos de chumbo, uma política do controle e na época da redemocratização, uma política social sem direitos sociais. (cf. VIEIRA, 1994)

Frente a tal processo contraditório que se ramifica nos determinantes do trabalho e também se entrelaça com os determinantes conjunturais da chamada acumulação flexível, destacamos o desenvolvimento do capitalismo e as recentes ondas de globalização neoliberal que impactaram a política social, tornando-a aparentemente democrática e desenvolvimentista.

A tendência de crise capitalista é uma problemática interminável e constante deste modo de produção. Para driblar tais circunstâncias, os capitalistas experimentam formas de contenção, absorção e administração da ordem social de maneira que o poder não seja ameaçado. Experimentam também, formas de administrar a política social, ora com mecanismos de incentivo e desenvolvimento, ora com supressão de direitos. Algumas escolhas são conduzidas para fazer frente à crise instalada. São elas: a desvalorização de mercadorias; de capacidade produtiva; do valor do dinheiro e da força de trabalho; o controle macroeconômico de regulação e o deslocamento temporal (cf. HARVEY, p. 163)

Nesse sentido, a crise do fordismo ocorreu em razão da rigidez do sistema em absorver as demandas geradas pelo

capital, intensificando-se nos anos 70 com as altas taxas do petróleo. A partir daí, a busca incessante pelo lucro permaneceu, mas as formas de obtê-lo transformam a organização industrial em um sistema de acumulação flexível. Após os anos 80, a classe trabalhadora foi atingida duramente em sua subjetividade e em sua materialidade, com as frustradas tentativas de transição para o socialismo. Sendo assim, houve uma diminuição do número efetivo de operários nas fábricas e um decréscimo de participação sindical. Admitir que a exploração do trabalho não é mais o lócus central do lucro capitalista é adotar uma visão fragmentada de mundo, de discursos desconexos, que não favorecem a mudança.

A acumulação flexível é marcada por esse confronto direto com a rigidez do fordismo, se apoiando na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo aparecimento dos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, sobretudo, taxas altamente intensificadas e inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como em regiões geográficas, criando por exemplo um vasto movimento no emprego chamado setor de serviços bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Ibidem, 138)

Esse modelo é composto por um núcleo dinâmico, constituído pela empresa flexível e integrada. A empresa flexível e integrada é caracterizada por um setor produtivo e um setor financeiro. Hoje, mais do que garantir a sua produção e o seu mercado, a empresa precisa apresentar lucratividade para o seu quadro de acionistas. As ações de mercados são pensadas em nível mundial em função da globalização neoliberal. Tal flexibilidade implica na fragmentação do trabalho e na perda de

sua unidade. Conter a crise, portanto, implica em uma equação que contemple o tempo de trabalho, normalmente expresso pela jornada de trabalho, sua regulação e sua regulamentação. Em outras palavras, um tema crucial para capitalistas e trabalhadores na definição de seus projetos.

A redução da jornada de trabalho (em horas e/ou dias) é uma plataforma histórica que, desde o advento do capitalismo, tem sido objeto de debate com diferentes focos. Podem ser incluídos os temas relativos à estratégia de desenvolvimento, ao desemprego estrutural, ao tempo de trabalho e não trabalho e ao tempo de vida. Dominar o tempo e a organização do trabalho implica em estabelecer prioridades que são pontos estratégicos para uma articulação na luta pela redução da jornada (e/ou do tempo do trabalho). Discutir a redução da jornada não implica necessariamente na redução do tempo de trabalho. Isso porque pode haver uma intensidade no interior do tempo de trabalho. Quando pensamos nas sociedades da era moderna, o tempo exerce, de fora para dentro, sob a forma de relógios, calendários e outras tabelas de horários, uma coerção para disciplinar as pessoas. Embora o tempo possa ser domesticado, a condição fundamental, isto é, o primeiro passo para o desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.

Em um mundo marcado por elevadas concentrações de renda e amplas capacidades produtivas a jornada de trabalho (e, conseqüentemente, o tempo de trabalho) poderia ser radicalmente reduzida. Para os nossos propósitos, o que isso significa? Lutar pelo emprego? Lutar por direitos sociais? Lutar por tempo de lazer? Respondemos a tais questões de forma afirmativa compreendendo a complexidade presente nas inúmeras linhas e entrelinhas desta temática. Entretanto, ao decodificar os elementos da categoria trabalho nos atuais tempos brasileiros concluímos pela necessidade de posturas políticas pró-ativas que sejam flexíveis e inteligentes no trato com os diversos segmentos da sociedade. Dentro do mundo da

mercadoria, do dinheiro, e, portanto, da ambição, a ideia de negócio (negar o ócio, pois o ócio é repugnante) assume traços individualistas no mercado, isto é, assume características do liberalismo e do neoliberalismo. Por outro lado assume um viés negativo fazendo com que o trabalho seja visto como compensação para quem se esforçou e o lazer “coisa de vagabundo”. Esta lógica reproduzida de geração em geração pode ser observada na discussão sobre o tempo de trabalho como tempo das necessidades. O tempo de trabalho vem em primeiro lugar, ou seja, é o tempo das obrigações, das realizações produtivas. O tempo de lazer como um tempo de usufruto da não necessidade é um tempo da vida humana que, nesta configuração se torna um tempo secundário. Nesse sentido a ruptura entre liberdade, necessidade, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, mercadoria e lazer engendram uma lógica destrutiva por parte do capital, ou seja, a lógica da não realização de uma vida cheia de sentido e de plenitude humana. Como não é possível escolher entre trabalhar ou não trabalhar o estranhamento e a degradação do trabalho prevalecem. Perguntamos assim sobre a existência do lazer para as classes que vivem do trabalho. O lazer realmente existe para tais pessoas? Considerando a média de 40/44 horas semanais de jornada de trabalho, incluindo horas adicionais para alimentação, repouso, condições higiênicas, acesso a informações e formalidades, qual o tempo que resta para o hipotético lazer? Respondemos, portanto, que o lazer inexistente para aquelas classes que são obrigadas a cotidianamente vender a sua força de trabalho. Nesse sentido o tempo não pode ser considerado livre, pois há poucas chances de escolha, sendo tais escolhas quase sempre parametradas pelas necessidades de reposição de energias a serviço de mais produtividade. Retiramos de Adorno (1995) a teoria do tédio dentro do hipotético tempo livre. Em primeiro lugar, o que é o tédio? Falta estímulo e coragem para a vida. Faltam elementos de compreensão para determinados

significados do trabalho. Faltam condimentos de vontade de viver. Tais circunstâncias ocorrem em função do trabalho repetitivo e estranhado que é imposto ao ser social durante muitos anos de sua longa trajetória. Sentir-se entediado significa, pois, reconhecer o vazio e ocupar-se de um movimento depressivo que atinge profundidades quase sempre desagradáveis.

O tédio existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho. Não teria que existir. Sempre que a conduta no tempo livre é verdadeiramente autônoma, determinada pelas próprias pessoas enquanto seres livres é difícil que se instale o tédio; tampouco ali onde eles perseguem seu anseio de felicidade ou onde sua atividade no tempo livre é racional em si mesma (...) Se as pessoas pudessem decidir sobre si mesmas e sobre suas vidas, se não estivessem encerradas no sempre-igual, então não se entediariam. (ADORNO, 1995, p.76)

De fato, as pessoas não podem decidir sobre si mesmas nos marcos de uma sociedade baseada na elevação do valor de troca sobre o valor de uso. O tédio pode ser combatido apenas momentaneamente. Trata-se de um combate contínuo e permanente, mas sempre com o limite dado pelas relações dominantes do capital. Entram como combates paralelos, as inúmeras substâncias antidepressivas e as terapias que suavizam e minimizam as dores. Sob as condições vigentes, a saúde, subtraída do trabalho, permanece em frangalhos. Em outras palavras, não é exagero dizer que as pessoas convivem com elevadas doses de doença emocional, muitas delas que se ramificam em tragédias e atrofias da sensibilidade.

Tédio é o reflexo do cinza objetivo. Ocorre com ele algo semelhante ao que se dá com a apatia política. A razão mais importante para esta última é o sentimento, de nenhum modo injustificado das massas, de que com a margem de participação na política que lhes é reservada pela sociedade, pouco podem mudar em sua existência, bem como, talvez, em todos os sistemas da terra atualmente. O nexó entre a política e os seus

próprios interesses lhes é opaco, por isso recuam diante da atividade política. Em íntima relação com o tédio, está o sentimento, justificado ou neurótico, de impotência: tédio é o desespero objetivo. Mas, ao mesmo tempo, também a expressão de deformações que a constituição global que a sociedade produz nas pessoas (op.cit, p.76).

Tédio e impotência se somam. A velocidade do mundo virtual nos faz entediados. A capacidade de enfrentamento, que está dentro das nossas energias, se enfraquece diante do desespero objetivo de vencer, chegar primeiro, conquistar poder, subir na vida. O tédio e a impotência se manifestam como um câncer, de um lado, minando o aqui e o agora, de outro subtraindo da tolerância, as últimas esperanças de mudança.

Ao redor do mundo, a juventude foi responsável, em grande medida pela contestação do status quo, isto é, pelas rebeliões de consciências que não se conformavam (e continuam não se conformando) com a opressão do sistema. Logo, o processo de humanização, de democratização, de construção de cidadania, de educação espiralada e de conscientização dos homens e mulheres que se encontram desumanizados no interior do capitalismo, conseguiu obter vitórias sucessivas sem, contudo vencer a esperança juvenil que se recicla dentro dos corações humanos.

Os limites da participação política contidos em estreitas possibilidades de voz e voto configuraram o espaço democrático instalado no Brasil após a ditadura militar de 1964, ou seja, o processo de redemocratização. Esta democracia burguesa está dada pelo desenho da luta de classes que, por sua vez, é um espelho das necessidades e desejos das massas trabalhadoras. Ocorre que diante do poder econômico, muitas vezes opressivo e repressivo, o contra-ataque das massas trabalhadoras não alcança êxito em função do tédio instalado. Trata-se de um ciclo que pode ser alterado por perspectivas populares que constroem lideranças responsáveis, por novos rumos, novos

deslocamentos. Isto significa, que o recente processo histórico político em torno do presidente Lula foi marcado por esta engrenagem que uniu massas populares, intelectuais, mudanças e construção de novas perspectivas. Por outro lado é necessário registrar que ilusões e deformações foram engendradas e, projetos de longo fôlego, abandonados. Entre acertos e erros, avanços e recuos, sentidos positivos e contradições o governo Lula significou melhorias concretas para expressivos setores da população.

A partir de tais considerações entendemos que o lado representado pela burguesia neoliberal e o lado no qual se alinham os setores progressistas e de esquerda estão em flagrante oposição. São projetos distintos desde os eixos político, econômico, social e cultural até as questões mais particulares do indivíduo. Porém, devemos nos perguntar em que medida, ambas as tendências político-ideológicas defendem a redução da jornada de trabalho, pois parece haver um consenso de que, no mundo globalizado, o trabalho desgastante tem conseqüências nefastas para o tecido social.

Para que possamos fugir dos discursos abstratos torna-se necessário compreender a redução da jornada de trabalho em íntima relação com o tempo de trabalho e, para aquilo que nos interessa compreender tais questões na relação com a política social de esporte e lazer. Assim, quando for possível diminuir a jornada de trabalho, será possível o aumento do tempo de lazer. Evidente que, para isso, se faz necessária, uma política social de lazer conduzida por um governo popular.

No início do primeiro governo do presidente Lula, o conjunto de centrais sindicais articularam uma campanha unificada para ampliar a oferta de emprego e, ao mesmo tempo, reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais com eliminação de horas extras e banco de horas. As negociações

coletivas e os enfrentamentos sindicais ao redor desta temática revelaram que houve uma intensificação e uma ampliação do tempo de trabalho, bem como a redução dos direitos e das garantias legais. No que se refere às horas extras, foram raríssimos os casos em que houve disposição em limitar a prática de horas extras. Entretanto, não houve nenhum caso de limitação efetiva ou proibição das horas extras (cf. DIEESE, 2011).

Os significados da discussão sobre a redução da jornada de trabalho indicam que os trabalhadores, antes de lutar por tempo de lazer, lutam por aumentos salariais, melhores condições de trabalho, ainda que para isso seja necessário intensificar esforços adicionais no trabalho. Por exemplo, categorias profissionais que obtiveram conquistas via hora extra, carreira e/ou outros benefícios de salário indireto, como linhas de crédito exclusivas, auxílios e ajudas de custos, passaram a identificar no trabalho a única via de realização da vida. Mais trabalho em uma sociedade que tem se tornado mais competitiva pode levar os indivíduos ao estresse do trabalho, condicionando-os à lógica da produtividade intensa, lógica esta, muito mais vantajosa aos interesses do capital. Neste sentido a luta por uma redução da jornada de trabalho não está conectada à luta por um aumento no tempo de lazer. *Perguntamos portanto: qual é o sentido de se planejar uma política social de lazer envolvendo amplos segmentos da sociedade? Temos como hipótese que tal planejamento já está fracassado se não forem observadas as condições de vida e de trabalho das diversas camadas e das inúmeras categorias profissionais que serão os usuários do sistema. Trata-se de um tema que requer não mais a definição de programas e de projetos federais, mas na contramão desta ideia, ações desencadeadas pela sociedade civil de entes cooperados, incluindo ações de municípios e comunidades para que todos possam efetivamente discutir os seus interesses.*

Crítica à política de ocupação dos espaços públicos da cidade de São João del Rei: o esporte e o lazer como reféns da política social.

Quem é refém de quem? O esporte e o lazer são reféns da política social ou a política social é refém do sistema? Sem subterfúgios, respondemos que ambos são reféns de um fazer político que privilegia tudo, menos o homem. Produto do metabolismo social, o sujeito urbano dos dias atuais não consegue romper as contradições do mundo do trabalho, situando-se entre o tédio do trabalho e do mundo idealizado do lazer consumista. Dentro desta esfera que espreme o ser social em tempos sufocados, os espaços públicos se apresentam como partes isoladas e fragmentadas da vida na cidade.

Em São João del Rei não é diferente. A política de ocupação dos espaços públicos inexistente nas prioridades dos governantes locais. Via de regra, os espaços, construções, comércio, escolas e praças encontram-se desagregados e desarticulados se pensarmos na orientação de um projeto geral, um plano diretor ou algo do tipo. Apresentamos dois exemplos para ilustrar esta argumentação. O primeiro, referente à Avenida Leite de Castro, espaço utilizado para passagem de pedestres, caminhada, corrida e tráfego de esportistas e ciclistas. O segundo, a praça da Biquinha, um lugar que convive com um intenso fluxo de veículos ao seu redor. Em ambos os exemplos, a prática do esporte e lazer estão prejudicados. São locais inviáveis, utilizados pelos cidadãos por falta de outros. Possíveis acidentes podem ocorrer, pois não foram locais construídos com um adequado planejamento. Além disso, há falta de segurança e nenhum tipo de incentivo a projetos e a programas, por parte da prefeitura. Assim, o esporte e o lazer são vistos como questão menor, ou seja, como um tipo de pobreza política.

Como estratégia metodológica para o enfrentamento desta temática, utilizamos a ferramenta crítica como crítica da crítica, ou

seja, entendendo que não basta apenas uma crítica, ainda que fundamentada e coerente, nos dispomos a apresentar uma crítica propositiva, que possa romper com os ditames críticos. Tal estratégia metodológica se justifica em função da crítica aos espaços públicos da cidade de São João del-Rei se constituir como algo muito simplório e, até mesmo, muito óbvio para qualquer cidadão que reconheça na cidade a falta de investimentos do poder público municipal.

Nesse sentido desvelar questões como forma de educação (conscientização) ideológica resolve apenas uma parte do problema. Para quem se contrapõe aos fundamentos desta engrenagem, que envolve aspectos filosóficos, históricos, políticos e sociais, torna-se necessário compreender o conteúdo e, rapidamente, intervir nele, desconstruir as ilusões fabricadas pela mídia esportiva e pelo senso comum, verificar possíveis caminhos alternativos dos espaços da cidade e apresentar perspectivas aos gestores e agentes do esporte e lazer. Em outras palavras, muito embora seja produtiva a denúncia da falta de espaços e de apoio, os resultados deste tipo de empreitada não resolvem problemas práticos, tampouco transformam as estruturas (objetivas e subjetivas) empregando novos esforços na política social deste setor.

Do ponto de vista da abordagem da denúncia, o simples relato ou discurso (com conteúdo crítico) nem sempre conduz aos objetivos intencionados. Isso normalmente ocorre devido à não observação da totalidade da questão.

A afirmação de Karl Marx (1985) de que “a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas” pode ajudar na solução do dilema em torno do esporte e lazer, seu pólo crítico e os sentidos da educação e reprodução social. A força teórica, o debate e a crítica como pilares da intenção de mudança não podem ofuscar a contraditória realidade onde as “armas” (leia-se, a vida prática, a luta cotidiana, a superação do sofrimento) são responsáveis pelo movimento da sociedade. Isso não significa um desprezo pelas

ideias avançadas em torno do esporte e lazer como elemento de inclusão, mas um correto posicionamento do debate deste tema. Tampouco significa desconhecer os valores do esporte e do lazer incluindo sentidos humanos importantes como atividade física e saúde, relaxamento mental, espiritual e descanso nas horas de folga. A utilização da dialética como ferramenta metodológica para observar a vida na cidade, vivenciá-la e criticá-la no que for possível, para então ser organizada uma superação pode se transformar em uma das armas da política social de esporte e de lazer, ou seja, a partir de um arsenal comunicativo e crítico-propositivo, seria possível pensar em mudanças, novas propostas e pleno desenvolvimento?

Antes de se tornar concreto, o discurso crítico deve ser fortemente questionado e problematizado. Sua consistência e qualidade dependem do movimento dialético, da análise dialética. O discurso crítico quando sectário resulta, quase sempre, em um formato estéril e frágil, ou seja, um composto que não tem levado a mudanças significativas e necessárias. Discutindo com o conteúdo sectário do discurso crítico Vladimir Lênin (1960) afirma que "o esquerdismo é uma doença infantil do comunismo" querendo dizer que os críticos contrários ao capitalismo e a favor do comunismo, pela visão sectária, acabam sendo infantis na estratégia, ou seja, não alcançam o longo prazo dos projetos, as estratégias amplas que visam aglutinar um maior número de pessoas.

A crítica sectária, ao desconhecer os mecanismos da totalidade social, desconhece os processos de costura de unidade, de aglutinação da maioria, de negociação em caráter permanente. Pregada a um discurso empolgante e presa a uma prática fora da realidade, esta crítica não deseja aliados que possam compor uma unidade crítica. Dessa forma, acaba no isolamento.

Por sua vez, a crítica da crítica reconhece, tanto os esforços da crítica dominante quanto dos grupos sectários, mas

vai além, postulando-se como protagonista de uma nova ordem, isto é, daquilo que é mais avançado para as possibilidades concretas daqueles que podem criticar. Trata-se de uma crítica madura e fundada em uma compreensão ampla, de alcance *objetivo e subjetivo das relações sociais*.

A essência do discurso crítico é composta por uma estrutura que envolve racionalidade e paixão. Como o esporte e o lazer são práticas humanas de elevado valor em si, não é possível separar razão de emoção e, portanto, o discurso crítico se torna uma verdadeira “arma explosiva”.

A virtude da crítica na formação dos professores foi fazer brotar e renascer o sentido questionador dos brasileiros. Sair da passividade e assumir uma postura pró-ativa nas atitudes e nas ações profissionais pode ser considerado virtude quando se lembra dos eixos da educação bancária, conservadora e acrítica.

Então, o conteúdo da crítica, no que se refere ao esporte e ao lazer não foi muito bem articulado, muito menos processado na necessidade de coerência e adequação *esperada*. Assim, tornou-se uma crítica *destemperada* que quase sempre “joga fora a criança e a água do banho junto”. Para muitos professores o esporte e o lazer não são assumidos em sua plenitude e, às vezes, são vistos como “assunto inadequado”. Nesta lógica, precisa ser reformulado e conter um conteúdo “mais teórico e cultural”, que possa se justificar, pois está dependente, quase que exclusivamente, do rendimento atlético, da intervenção do Estado. A crítica, nesse ponto atingiu sua maioridade, pois conseguiu ferver o coração e as emoções dos professores que enxergavam caminhos produtivos na sua profissão. Entretanto, uma crítica mal situada, sem visão de realidade, acaba por se tornar uma crítica idealista, abstrata.

O resultado do discurso crítico que não toma os devidos cuidados acaba por evidenciar a fuga dos problemas e, então, a crítica, que poderia ser uma peça de avanço na construção de

novas ideias e práticas, torna-se uma arma desgovernada.

Situada no campo das esquerdas, a crítica da Educação Física Brasileira utilizou-se de jargões e palavras de efeito para convocar os professores à luta contra tudo que fosse dominante, conservador e/ou tradicional. Desta forma, o discurso crítico foi reproduzido e, até hoje, orienta os debates e a formação de consensos.

Falar sobre esporte e lazer em determinadas situações apaixonantes implica assumir condutas de admiração promovendo a sua "humanidade". O discurso crítico, construído e elaborado na política das esquerdas foi responsável por tentar ou abolir ou criar uma nova roupagem para o sentido humano das práticas esportivas e de lazer. Trata-se de um discurso possível aos cidadãos de São João del Rei. Em primeiro lugar, porque é necessário aplicar uma crítica como arma ofensiva à política conservadora do município. Em segundo lugar porque, devido à ausência de política social de esporte e de lazer, qualquer movimento no sentido de abalar as certezas, pode significar avanços no tratamento das questões mais emergentes.

Para alcançarmos o objetivo de fundamentar a crítica e torná-la produtiva na boca dos cidadãos sãojoanenses é necessário estabelecer uma plataforma educacional do esporte e do lazer, ou seja, é preciso educar a população para utilizar da crítica, sem, contudo abusar de seu uso. O esporte e o lazer como educação e/ou reprodução torna-se, portanto, um conteúdo educativo que precisa ser estimulado nas escolas, nas comunidades e em espaços alternativos. Além disso, precisa ser socializado com a massa dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A argumentação filosófica e histórica do tema da reprodução é necessária para a compreensão da educação em geral e do esporte e do lazer no particular. Nas diversas esferas do tecido social, a reprodução é um mecanismo de transmissão (em forma de aparelhos, instituições de controle objetivo e subjetivo) da ideologia dominante. Na tentativa de verificar como ocorrem

tais processos no interior da disputa de classes, que se desdobra na educação (e, conseqüentemente na educação esportiva) com os inúmeros conflitos inerentes deste enquadramento, o pensamento sociológico procura explicar este tema. Silva (1992) lembra que os processos de reprodução são contraditórios, ora mantêm estruturas, ora são responsáveis por rupturas e por mudanças. As transmissões econômicas e culturais quase sempre se transformam em disposições duradouras, constituindo longos períodos de produção e reprodução de relações sociais. Fernandez Enguita (1989) reportando-se ao pensamento de Marx conclui que a contradição permeia as relações históricas, pois há um sentido provisório e transitório que atravessa o eixo capital-trabalho.

Entretanto as teorizações sobre a reprodução tendem a enfatizar os problemas que ela apresentaria, ocultando a verdade concreta de sua inevitabilidade. As críticas à reprodução giram em torno das seguintes acusações: as teorias da reprodução são mecanicistas, economicistas e funcionalistas; supõem passividade dos atores sociais; são a - históricas; ignoram possibilidades de transformação social; são pessimistas e derrotistas (cf. SILVA, 1992:38)

Não aceitar a reprodução significa não aceitar o fato, no caso da discussão sobre o esporte, de que o pólo reprodutor é muito mais forte do que o pólo de intenção de mudanças.

Saviani (2008) é um autor da educação que perseguiu por muito tempo a questão da reprodução, mapeando as teorias críticas e não críticas. Sua polêmica centrou-se nas tensões entre a escola nova e a pedagogia tecnicista tendo como pano de fundo ou perspectiva, a construção de uma pedagogia histórico-crítica. As características centrais e marcantes do livro Escola e Democracia residem nas costuras históricas das classes sociais, ou seja, nas apostas realizadas na educação tanto pela aristocracia quanto pela burguesia. A teoria presente no livro leva

o leitor ao correto posicionamento sobre a reprodução, pois encontra elementos explicativos das razões e das características mais acentuadas do processo de escolarização das massas.

Os óculos de tal concepção permitem visualizar o esporte e o lazer dentro do município de São João del-Rei. Ao ser configurado como instituição de reprodução o esporte e o lazer produzem e reproduzem formas de convivência comunitária.

Todas as formas de manifestação ativa do esporte e do lazer podem se lançar na produção e/ou reprodução das características da cidade. Pode-se afirmar que isso depende mais dos meios, dos processos, dos equipamentos, dos instrumentos, das pedagogias, enfim de como lidamos com as pessoas e as situações. A recente e jovem produção teórica da Educação Física Brasileira sobre o esporte já apontou a crítica em torno dos objetivos do senso comum (esporte gera saúde, socialização e prazer). Também já traçou o perfil dos aportes históricos da herança militar que influenciou a corporeidade dos brasileiros. Todavia, a síntese dialética, que poderia se expressar em um caminho estratégico de bases críticas e que, ao mesmo tempo, apresentasse propostas concretas para o esporte e lazer, ainda não foi feito.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se observa o esporte e o lazer como educação/reprodução, concebê-los como direito social e possibilidade de produção cultural passa a ser uma questão importante para a qualificação crítica. Werneck (2000) lembra que abordar os direitos sociais significa falar sobre temas contemporâneos, suscitando indagações que possibilitam à sociedade pensar sobre justiça e igualdade.

É possível que, em um primeiro momento, um sentimento de impotência prevaleça devido ao fato de que há um descompasso entre a grandeza dos ideais expressos na lei e a realidade concreta do cotidiano, marcada por exclusões, violências e discriminações que atingem a maioria. (cf. op.cit, p. 127)

A autora argumenta que o conformismo e o pessimismo podem imperar caso o tema dos direitos seja apresentado como tema inalcançável, afinal, não são todos que estão dispostos a lutar por igualdade e justiça todo o tempo.

Discutindo sobre tempo livre e capitalismo, Padilha (2000) considera que há uma imperfeição na essência da relação. Critica o lazer funcionalista e os seus mecanismos de compensação, entretanto adverte para o fato de que, na realidade diária da maioria trabalhadora, os momentos de lazer significam descanso, divertimento e recuperação de energias. Conclui que, embora tenha ocorrido uma diminuição do tempo de trabalho necessário e um aumento do tempo disponível, a partir da evolução das tecnologias, isso não fez o tempo disponível ser mais importante que o trabalho, portanto, o trabalho estranhado e não livre continua imperando. Segundo a autora

Para que o tempo livre seja verdadeiro e cheio de sentido, o rompimento com a lógica do capital e com a sociedade fundada no mercado, é decisivo (...). Tempo livre e capitalismo jamais formarão um par perfeito, mesmo que o tempo livre continue tendo a sua importância como reivindicação e como descanso. (PADILHA, 2000, p 158)

Para o conjunto dos trabalhadores, o tempo destinado às reflexões sobre o esporte e o lazer é justamente o tempo dos finais de semana, das férias e dos feriados e, muitas vezes, ele não é livre, pois há uma soma de trabalho que é carregada para dentro das residências dos trabalhadores. Uma vez que o tempo da ludicidade no interior do trabalho é raro, o tempo fora do trabalho deve ser composto por atividades livres, prazerosas, lúdicas e motivantes, atividades que possam construir uma crítica fundamentada sobre a precariedade dos espaços da cidade e, nesta esteira, destacar propostas inovadoras e criativas para a construção e reforma de espaços possíveis ao esporte e lazer. Para esta empreitada torna-se necessária uma participação

popular nos fóruns de decisão municipal. Tal participação requer conhecimento social e ativismo político, questões interligadas na atuação concreta do munícipe. Quais seriam os princípios da engenharia participativa, do chamado orçamento participativo, da elaboração coletiva de projetos?

Para que a democracia seja reconstituída, faz-se necessário que se crie novamente uma tensão entre sociedade civil e Estado (...). Não se trata de um retorno ao modelo de Estado desenvolvimentista e protecionista, mas da reconstrução de uma tensão democrática autêntica, que somente poderá existir com a configuração de um novo espaço público, não estatal, expressão que está no conceito de esfera pública. (AMARAL, 2006, p. 160)

O resultado desta análise remete para reflexões em torno da necessidade de construção de um novo projeto político para a cidade de São João del Rei, projeto a ser construído popular e democraticamente. Em muitas cidades mineiras, *slogans* de incentivo ao esporte e ao lazer são veiculados como propaganda, que serve como reflexão sobre a política do setor. “Esporte é saúde”; “Aqui, o esporte é para todos”; “Vida ativa na praça”, entre outros, são mensagens que o povo de São João del Rei não lê nos espaços da cidade. Construir uma relação de proximidade entre Estado e sociedade civil implica, pois em apresentar peças publicitárias, convocar audiências públicas, fechar ruas nos finais de semana destinando-as a programas do tipo “ruas de lazer”, estimular a prática ativa do esporte e do lazer entre segmentos especiais, como os obesos, as gestantes, os idosos, etc. Entre os inúmeros problemas e perspectivas de solução, uma ampla consulta popular poderia ser proposta como forma de resgatar a saúde de todos. O que salta aos olhos nos espaços visitados é uma população doente e passiva diante desta apatia. As caminhadas pela Avenida Leite de Castro permitem constatar o desconforto dos pés, pernas e a falta de ar puro!

Talvez a utopia presente nesta formulação crítica não consiga reunir o necessário número de sujeitos comprometidos e conscientes para um trabalho de resgate da dignidade a partir da construção de um novo projeto, entretanto, qualquer movimento em direção ao desenvolvimento da cidade, deve passar por este esforço, já que a via burguesa (de viés direitista explícito ou não) vem prevalecendo com sua política de abandono e sucateamento dos espaços públicos. Reestruturar locais degradados com reformas inteligentes (e a baixo custo), construir centros sociais populares nos bairros, investir em equipamentos e materiais já pode ser considerado o início de uma política mudancista.

Referências

- ADORNO, T. **Palavras e sinais**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- ALMEIDA & MARCHI JUNIOR. **O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004-2008)** Porto Alegre, Revista Movimento, v. 16, n. 4, 2010.
- AMARAL, S. C. F. Políticas públicas de lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa? In: **Dialética do lazer**. Padilha, V (org), São Paulo, Cortez, 2006.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos. Disponível em <http://www.dieese.org.br/> acesso em 13 de março de 2011.
- FERNANDEZ ENGUITA, M. **Escola, Trabalho e ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- GRAMSCI, **A Cadernos do cárcere**, v. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 2006.
- LENINE, Vladimir Ilitch. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. 2 ed. São Paulo: Escriba, 1960.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri, São Paulo, Boitempo, 2004.
- Marx, Karl. **Amiséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.
- NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Psicologia e Sociedade (Impresso), v. 19, p. 14-20, 2007.

PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas, Alínea, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo, Autores Associados, (edição comemorativa) 2008.

SILVA, T.T da. **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SILVA. A Palestra no Fórum São Paulo. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=wG6hpFteBI8&feature=related>, acesso em 02 de junho de 2011.

VIEIRA, E. **Democracia e política social**. São Paulo, Cortez, 1994.

WERNECK, C. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas questões contemporâneas**. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

